



UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE- CAMPUS
SOUSA-PB

CENTRO DE CIÊNCIAS JURIDICAS E SOCIAIS-CCJS

ACESSO A MORADIA NA CIDADE DE SOUSA PELO PROGRAMA
MINHA CASA MINHA VIDA – UMA ANÁLISE DO RESIDENCIAL
SOUSA I

ROSIMERE ANA DE BRITO

SOUSA-PB

2015

ROSIMERE ANA DE BRITO

ACESSO A MORADIA NA CIDADE DE SOUSA PELO PROGRAMA
MINHA CASA MINHA VIDA - UMA ANÁLISE DO RESIDENCIAL
SOUSA I

Trabalho monográfico apresentado ao
Curso de Serviço Social da
Universidade Federal de Campina
Grande-PB como requisito parcial à
obtenção do título de Bacharel em
Serviço Social.

Orientador: Prof. Dr. Antonio Marcelo
Cavalcanti Novaes

SOUSA
2015

Rosimere Ana de Brito

ACESSO A MORADIA NA CIDADE DE SOUSA PELO PROGRAMA
MINHA CASA MINHA VIDA- UMA ANÁLISE DO RESIDENCIAL
SOUSA I

Trabalho monográfico apresentado ao
Curso de Serviço Social da
Universidade Federal de Campina
Grande-PB como requisito parcial à
obtenção do título de Bacharel em
Serviço Social.

Orientador: Prof. Dr. Antonio Marcelo
Cavalcanti Novaes

Aprovada em: ____ de _____ 2015

COMISSÃO EXAMINADORA:

Prof. Doutor Antônio Marcelo Cavalcanti Novaes
Orientador

Avaliador(a)

Avaliador (a)

Aos meus pais, D. Chaguinha e Sr. Francisco.
Aos meus sobrinhos, Rafaela, Gustavo, Riquelme, Tarsila e ao pequeno (a)
que está por vir.

Aos meus irmãos: Ricardo, Cristina, Solange e Patrícia.

Dedico.

AGRADECIMENTOS

A minha família que me apoiou e me suportou nos momentos mais difíceis;

A Diego Nogueira, que com sua calma e paciência me fez enxergar as coisas de forma mais suave;

Ao meu grande e estimado amigo, Ricardo Pinto, que me apoiou desde o início, me incentivando e contribuindo para que eu seguisse sempre em frente.

A Flávio Carvalho, pelos ensinamentos para a vida;

A Emerson Oliveira e Fabiana Gomes, pelas incontáveis caronas;

Aos que são partes fundamentais desse momento: Cibele, minha irmã de coração, a minha outra família: Rildete, Lívia, Neto, Aparecida, Éllida, Natarajan, Jackson, Jofran, Felintro, Jailson, Elânia, Wesley, Polly, Luciana, Denilza, Maycon, Fabiana e Mateus.

Aos colegas que fiz na graduação que sempre serão lembrados com carinho, Flávia Maria, companheira de trabalhos.

Aos mestres por dedicar seu tempo, em especial a Jamerson Souza, Aparecida Nunes, Clariça Ribeiro, Conceição Félix e Cibelly Costa.

Agradecer ao meu estimado orientador, Marcelo Cavalcanti, que não mediu esforços, dedicando parte de seu tempo na minha orientação, sempre com palavras de estímulo. Obrigada, Marcelo!

Por fim, agradecer a todos que fizeram parte dessa conquista.

Muito grata!

“Que a força do medo que tenho não me impeça de ver o que anseio
Que a morte de tudo em que acredito não me tape os ouvidos e a boca
Porque metade de mim é o que eu grito, a outra metade é silêncio
Que a música que ouço ao longe seja linda ainda que tristeza”
Oswaldo Montenegro

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

PMCMV – Programa Minha Casa Minha Vida.....	11
CEF – Caixa Econômica Federal.....	11
PMS – Prefeitura Municipal de Sousa.....	11
Ipea - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada	14
MDS - Ministério do Desenvolvimento Social.....	15
QDD – Quadro de detalhamento de despesas.....	41
FHC – Fernando Henrique Cardoso	15
PNH – Política Nacional de Habitação	12
CF – Constituição Federal.....	12
PBF - Programa Bolsa Família.....	16
FNHIS – Fundo Nacional de Habitação e Interesse Social	21
MCidade – Ministério das Cidades	24
CadÚnico – Cadastro Único	24
CEHAP – Companhia Estadual de Habitação Popular.....	27
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Pesquisa.....	27
PSH – Programa de Subsídio a Habitação.....	27
OGU – Orçamento Geral da União	28
SNHIS – Sistema Nacional de Habitação e Interesse Social.....	28

RESUMO

O acesso a moradia está no rol dos direitos sociais e são fundamentais à vida. Tornando esta questão da habitação justificável e relevante para tornar-se um objeto de pesquisa na área do Serviço Social. Destarte, o presente trabalho vem tratar do acesso à moradia por meio do Programa Minha Casa Minha Vida, gerido pela Secretaria de Ação Social, setor de Habitação do município de Sousa-PB. Num primeiro momento faremos uma breve abordagem histórica das Políticas Públicas no Brasil, onde, chegando a situação de como estas políticas estão sendo direcionadas. Desta feita, poderemos perceber o papel fundamental das políticas sociais e da Política Nacional de Habitação no Estado brasileiro e para a cidade de Sousa. Para efetivar a construção e análise de nosso objeto de pesquisa, que é esta política habitacional da atualidade, situada especificamente na cidade de Sousa, usaremos a pesquisa de natureza qualitativa. Para tanto, foram utilizadas informações repassadas pelos moradores do Residencial Sousa I, bem como, a observação local. Para atingir o objetivo da pesquisa, utilizamos o método indutivo para analisarmos as questões que perpassam o processo de aquisição de uma unidade habitacional em Sousa pelo Programa Minha Casa Minha Vida. No processo de pesquisa e análise dos dados coletados levantamos o perfil das famílias beneficiadas e seu grau de satisfação por terem sido contemplados no Programa Minha Casa Minha Vida. O trabalho in loco permitiu uma aproximação com a realidade, sendo possível chegar as seguintes conclusões: que o direito à moradia perpassa pelo o acesso aos bens serviços básicos e essenciais à sobrevivência dos indivíduos. Este não é atendido no caso em tela, mesmo após um ano de implantação do Residencial Sousa I.

Palavras-chave: Habitação; Minha Casa Minha Vida; Residencial Sousa I; Política Nacional de Habitação;

ABSTRACT

Access to housing is on the social role and rights are fundamental to life. Making this issue of justifiable and relevant to become a research object in this knowledge area . The present work comes to access to housing through the social program named Minha Casa Minha Vida, managed by the Secretaria de Ação Social, housing sector of the prefecture of Sousa-PB. At first we will do a brief historical approach of public policies in Brazil. The question is: how this policy has been implemented?. This time, we realize the key role of social policies and the national housing policy in the Brazilian state and the Sousa city. The nature of this research is qualitative methods. Therefore, form used information passed by the Residential Sousa I locals, natives, as well as the participant observation. To achieve the objective of the research, we use the inductive method to analyze the issues that underlies the acquisition of a housing unit in Sousa city by program Minha Casa Minha Vida. In the process of research and analysis of the collected data raise the profile of the families and their level of satisfaction for having solid contemplated in Programa Minha Casa Minha Vida. The working in loco allowed close to reality, and reached the following conclusions: that the right to housing moves through the access to basic and essential services to the survival of citizens. This is not met in the case before, even after a year of implementation of Neighborhood Residential Sousa I.

Keywords: Housing; Programa Minha Casa Minha Vida; Neighborhood Residential Sousa I; National housing public policy;

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
2 - VISÃO GERAL DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NO BRASIL	14
2.2 - As Políticas Sociais	18
2.3 - Política nacional de Habitação	21
2.4 - Programa Minha Casa Minha Vida e o Déficit Habitacional.....	24
2.5 - A realidade das moradias no Brasil e o significado da Casa	31
3 - MÉTODO INDUTIVO	36
3.1 - Elaboração do questionário	39
4 - RESULTADOS DA PESQUISA.....	43
4.1 - Município de Sousa – Extensão territorial e quantitativo da população	43
4.2 - Apresentação dos resultados obtidos na pesquisa qualitativa.	45
5 - CONSIDERAÇÕES FINAIS	52
REFERÊNCIAS	54

INTRODUÇÃO

O presente trabalho se deu a partir de estudos realizados no Setor de Habitação da Prefeitura Municipal de Sousa-PB no ano de 2014. O Interesse pelo tema surgiu da atuação no Estágio Supervisionado Curricular Obrigatório I e II. Dentre deste processo de engajamento no setor, foi possível acompanhar várias demandas que perpassavam pela realidade da região. Tive assim a oportunidade de efetuar visitas domiciliares, entendendo e compreendendo, os motivos pelos quais tantas famílias procuravam o setor de habitação para dar entrada no processo de aquisição de uma unidade habitacional oferecida pela atual gestão municipal dentro do Programa Social intitulado: Programa Minha Casa Minha Vida. Concomitante a isso, pude observar os passos desde a escolha das famílias selecionadas e aptas a receber sua habitação, ao processo de preenchimento da documentação que é enviada para a Caixa Econômica Federal. Vivenciei, ao término deste processo, com os eventos de assinaturas de contratos e entregas das chaves das residências.

Cabe-nos a ressalva quanto ao local onde as moradias foram construídas, pois ao visitar o Residencial Sousa I no momento do Estágio, constatou-se o quão distante ficava do centro da cidade, cabendo-nos questionar se o transporte público local iria atender aquelas famílias. Ainda em relação ao local, foi possível também observar que não possui arborização e nem serviços básicos necessários a permanência das famílias, uma vez que, durante este período de estágio, podemos constatar que o perfil das famílias é de baixa renda e algumas destas famílias, com um grande número de filho. Este perfil, é o típico que se enquadra dentro dos requisitos necessários de pessoas que se encontram em situação de risco e vulnerabilidade social.

Saindo do estágio e delimitando aquele locus como lugar privilegiado de pesquisa, poderemos verificar as mudanças que aconteceram desde março de 2014 na região e o grau de satisfação das pessoas e se houve uma mudança no perfil do usuário com a nova moradia.

Com isto, este trabalho se realiza na perspectiva de analisar os direitos a habitação de alguns usuários em situação de risco e vulnerabilidade social.

Especificamente os que estavam inscritos no Programa minha casa minha vida. A questão seria saber a respeito da eficácia de tal programa já que durante os dois períodos de estágios várias denúncias de não efetividade ou de burla aos processos chegaram até o setor de habitação. Denúncias estas, recorrentes, ainda que a Secretaria de Ação Social do município, sempre que possível, designasse uma equipe técnica para fazer visitas com intuito de constatar a veracidade das denúncias recorrentes de pessoas que não se enquadravam no perfil demandado pelas normas da Caixa.

Assim sendo, este trabalho se dará em três capítulos. No primeiro faremos uma abordagem das Políticas Sociais, dando ênfase a Política Nacional de Habitação (PNH), abordando também o Programa Minha Casa Minha Vida-> Um programa do Governo Federal para famílias com renda familiar mínima de até um mil e seiscentos reais. O mote deste programa é o direito a habitação dentro de contexto de uma política pública que deve ser oferecida pelo Estado, como preconiza a Constituição Federal de 1988.

No segundo capítulo, faremos uma abordagem sobre o método utilizado, que este será o método Indutivo e a pesquisa terá cunho qualitativo. Ainda neste capítulo serão avaliados os questionários que serão aplicados no Residencial Sousa I. A partir do método utilizado, levando-se em consideração o que está posto na Política Nacional de Habitação e a aplicação do questionário no Residencial Sousa I, o Pesquisador terá a possibilidade de, após contato direto com os moradores, e ter tido a oportunidade de ouvir suas queixas, descontentamentos e seu grau de satisfação, tirar suas conclusões mediante a realidade observada. Para tanto, neste capítulo será feita uma apresentação geral da forma como a pesquisa foi realizada, mostrando quais as dificuldades enfrentadas pelo pesquisador até chegar às famílias. Explicitaremos ainda como foi feita construção e a aplicação dos questionários. Trataremos também de descrever de que forma se deu a elaboração do questionário, trazendo a amostra das perguntas e de que forma elas foram elaboradas e o que se espera com as respostas das famílias entrevistadas para que se possa chegar as informações pertinentes que consigam dar respaldos as indagações e assim conseguir chegar a inferências que demonstrem a

realidade da efetividade ou não do programa supracitado. Ao questionário associasse as observações participantes feitas no locus de pesquisa.

No terceiro capítulo serão realizadas as análises e discussões dos dados coletados, ou seja, trata-se da apresentação dos resultados da pesquisa aplicada, bem como, informações pertinentes da interpretação dados, sendo feita uma análise e inferências à guisa de um resultado satisfatório aos objetivos da pesquisa.

Por fim, chegaremos lograremos o objetivo geral desta pesquisa, que é: uma análise das políticas públicas e as políticas sociais voltadas para a habitação, especificamente do programa minha casa minha vida tal qual observado no Residencial Sousa I, na cidade de Sousa. Esta pesquisa demonstrará o perfil das famílias que ali estão e como se deu o processo de aquisição de uma unidade habitacional dentro do PMCMV. Para tanto, o recorte temporal desta pesquisa está no ínterim de março de 2014 a janeiro de 2015. Uma época privilegiada, em que estava prevista uma série de mudanças para o local.

CAPÍTULO I - VISÃO GERAL DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NO BRASIL

Para se compreender a questão das Políticas Públicas no Brasil, se faz necessário saber a melhor definição do que é Política Pública e como diferenciar política pública da política social. Isto se deve ao fato de que de um modo mais amplo, toda política social é uma política pública, porém, nem toda política pública é uma política social. Desta forma, este capítulo descreverá o conceito de política pública e como elas se dividem na sociedade, enfatizando a Política Nacional de Habitação, o Programa de Habitação e Interesse Social, juntamente com o Programa Minha Casa Minha Vida-Recursos do FAR (Fundo de Arrendamento Residencial).

No Brasil estas políticas são de responsabilidade do Ministério das Cidades e quando chegam aos municípios passam a responsabilidade para as prefeituras, que se comprometem através de assinatura de um termo de adesão ao programa junto a Caixa. No caso de Sousa, os programas são desenvolvidos pela Secretaria de Ação Social do Município de Sousa-PB com a implantação do Residencial Sousa I.

É importante compreender o impacto que o PMCMV- teve na sociedade e como este mudou a vida de muitas famílias, principalmente àquelas que se encontravam em situação de risco e vulnerabilidade social. Destarte, mostraremos este impacto através do déficit habitacional observado em escala nacional, após esta primeira análise, afunilaremos esses dados para o contexto do Estado da Paraíba, enfatizando quais são as medidas que o governo do Estado adota para sanar a questão do direito a habitação. Para finalizar, este capítulo demonstrará tais índices no município de Sousa equacionando o déficit habitacional existente no momento da pesquisa e quantas famílias foram atendidas desde a implantação do PMCMV e a construção de residenciais populares dele proveniente.

Para fins embasamento teórico, traremos para a discussão do tema no que cabe as políticas públicas e as políticas sociais autores como: Belloni, Magalhães, Barros e Sousa. Estes trabalham diretamente a temática Política Pública e Política Social. E ainda algumas pesquisas encomendas pelo Ministério das Cidades ao Instituto de pesquisa econômica aplicada (Ipea) e

IBGE. Isto tudo associado a Constituição Federal de 1988, que foi utilizada no intuito de fundamentar os direitos aos serviços essenciais a sobrevivência do ser humano perante o Estado brasileiro.

Existem várias definições para compreender o que são políticas públicas, porém, a definição que iremos usar para nossa discussão e que traduz de maneira simples e objetiva o que é política pública é a seguinte:

Política Pública trata-se de uma ação planejada, implementada, por um grupo de atores (públicos e\ou privados) que visa oficialmente ao entendimento das necessidades de um outro ator denominado beneficiário da política pública, mas, no entanto também atende aos interesses de vários atores que compõe a rede de relações. Difere de um programa, porque este é dirigido a um público específico, enquanto que aquela objetiva atender a todos sem limitações. (BARROS, et al. 2008. p.2)

Podemos assim dizer que Políticas Públicas são como um conjunto de atividades governamentais que partem do Estado e são executadas pelos governos, pois elas originam-se das reivindicações da sociedade ou de determinado grupo social que demanda algo de interesse difuso ou estrito.

As políticas públicas podem ser: de caráter econômico, financeiro, tecnológicos, ambientais e as políticas sociais, e vale salientar que elas dão conta de responder as demandas da sociedade. É importante ressaltar que as políticas públicas envolvem todas as camadas da sociedade, o primeiro setor (Estado e o governo), o segundo setor (iniciativa privada) e o terceiro setor (a sociedade civil organizada).

Fazendo um breve aporte histórico a partir do segundo pós-guerra, os estados de países europeus passam a ser chamados de Estado de Bem-Estar Social. É nesse momento que o Estado vai trabalhar com o conceito de política pública ampla e universal, mas dentro de um padrão único, não respeitando a diversidade. Neste momento, a classe trabalhadora se organiza para a reivindicação dos direitos, e com isso o Estado, assim como afirmam Montañó e Duriguetto (2011, p.179) promove um processo que incide nas lutas de classes, reduzindo assim o conflito social, criando uma imagem de Estado que cumpre com seus deveres, trazendo esses conflitos para o âmbito estatal, daí passa a desarticular as lutas para que se crie uma imagem de Estado de Bem-Estar Social.

Em face da efervescência dos movimentos sociais na década de 1960 na França, onde os trabalhadores passaram a se unir para reivindicar melhores condições de trabalhos, e há também o surgimento de outros segmentos de movimentos sociais na época que se alastra pela Europa e pelos EUA, chegando ao final da década de 1970 e início da década de 1980 no Brasil, há o surgimento de diversos movimentos sociais, e ainda uma organização da classe trabalhadora dentro dos partidos políticos, dessa forma passa a ter uma maior cobrança por parte da sociedade para a criação de políticas que atendam as demandas da população.

Dentro desse contexto podemos começar a falar no processo de construção das políticas públicas no nosso país. No Brasil, vamos ter um modelo de Estado de Bem-Estar Social nos idos de 1980 e 1990, com o final do governo Collor e com o governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC).

O governo de Fernando Henrique começa a implantar os programas de transferência de renda, focada na população mais carente, que segundo o Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) (2015) começou em 1996 com o Bolsa Escola, e seguindo, foi criado o Auxílio Gás, Bolsa Alimentação e Cartão Alimentação, porém, só em 2004 todos esses programas são condicionados em um único, que é o Programa Bolsa Família (PBF). Percebe-se então que o Brasil vive um momento de criação de um modelo de Estado de Bem-Estar Social. Porém, os mandatos, o de Collor e de FHC, principalmente, está pautado num modelo de governo com ideias e ideais neoliberais de defesa da propriedade privada dos meios de produção e auto regulação do mercado como mola propulsora de um tipo de desenvolvimento de sociedade, nesse período temos um vasto índice de privatizações dos serviços públicos, segundo Araújo (2015), a era FHC houve 70 empresas federais privatizadas e 55 estaduais, o que o mesmo coloca que, a venda das estatais foi parte de um processo de privatização selvagem do Estado. Não foi uma venda, foi uma doação.

Neste momento a saúde, a educação, a segurança pública e vários outros serviços são transferidos para o setor privado, e é neste momento que o Estado se afasta de suas obrigações, e alguns desses serviços que deveriam ser oferecidos gratuitamente a população passa a ser cobrado, restando

péssimos atendimentos no que resta do setor público, uma vez que dentro de sua responsabilidade deve oferecer a população os serviços básicos para sua sobrevivência, o que o serviço público oferece torna-se incipiente para atender as demandas existentes na sociedade, restando a população recorrer de fato ao setor privado e/ou a filantropia. O Setor privado, por sua vez, tem como mola propulsora a lógica de mercado, que atende a parte da população que está disposta a pagar pelos serviços ofertados.

Existe uma parte da população que não consegue se enquadrar, cabendo as instituições filantrópicas e não governamentais cumprir o papel do Estado, uma vez havendo essa omissão, porém, para que funcione as instituições de caráter filantrópicas o Estado prevê a isenção total ou parcial do pagamento de tributos. Montañó e Durigueto (2011, p.204) colocam que é esse o motivo pelo qual a orientação neoliberal recai na defesa da “liberdade” do mercado e não participação (social) do Estado.

Porém, cabe-nos lembrar que, no Brasil, as políticas públicas passam a ter maior efervescência com a promulgação da Constituição Federal de 1988 (doravante CF/88), principalmente o que compete a política social. Neste momento, o país acaba de passar por um processo de redemocratização, e a CF\88 vem para dar legitimidade às questões, visto que a ideia da constituição é de universalização dos direitos sociais e a ampliação das políticas públicas no Brasil. Com a CF\88 existe uma garantia de um mínimo para as pessoas, é então que surge vários direitos sociais. Segundo Bertramello citado por COMPARATO (2014), *“Os direitos sociais se realizam pela execução de políticas públicas, destinadas a garantir amparo e proteção social aos mais fracos e mais pobres; ou seja, aqueles que não dispõem de recursos próprios para viver dignamente”*. Desta forma, destaca-se a importância de que as políticas públicas tenham um foco direto nas demandas, para que assim, possa identificar quais os segmentos públicos existem maior emergência de atuação das políticas públicas. Frey (2000. p.214) alerta que os estudos sobre Políticas Públicas no Brasil só foram realizados recentemente, e são esporádicos, dando ênfase e analisando as estruturas e instituições ou à caracterização dos processos de negociação das políticas setoriais específicas.

É importante esclarecer que não dá para pensar em política pública sem pensar numa relação de diálogo entre a sociedade civil organizada e os organismos do Estado. Essas reivindicações são levadas até aos setores responsáveis do governo para a partir daí criar uma discussão de criação de uma política pública que dê respaldo as demandas apresentadas.

Como elas surgem a partir de reivindicações da sociedade, é importante, assim como encontramos em várias literaturas, um processo avaliativo, a partir de sua criação, com estudos mais dirigidos, focando qual é a real necessidade da criação daquela política, contando que esse processo avaliativo perpassa o seu processo de implementação até que se chegue aos resultados finais, pois será a partir dos resultados obtidos que se verá a necessidade da continuidade, interrupção ou mudanças nas formas de aplicação. Bellone *et al*, defendem o quão relevante é o processo de avaliação das políticas públicas:

Avaliar significa compreender as atividades, fatos ou coisas avaliadas com vista a estimular seu aperfeiçoamento. Os resultados da avaliação, são, portanto, relevantes, não apenas para seus formuladores, mas para todos os setores sociais envolvidos ou atingidos [...] As Políticas Sociais devem ser avaliadas a partir de sua necessidade, ou seja, se vai ser pensada, primeiro deve-se avaliar qual é a real necessidade da implantação dessa, não esquecendo de avaliar qual a eficácia e efetivação dessas ações (BELLONI, et al. 2003. p.27)

Um outro questionamento a ser respondido é: para que servem as políticas públicas? Pois bem, o seu fim útil é a geração de desenvolvimento, pois quando se tem o Estado Investindo é por que se tem a ideia de avanços na sociedade. Ou seja, é pensar nas melhorias dos padrões de desenvolvimento e melhorias no padrão de vida da população.

No Brasil há déficit no tocante as Políticas Sociais, elas são incipientes e não consegue dar conta de todos os problemas enfrentados pela população. Este é o caso do foco de nossa discussão que é a Política Nacional de Habitação (PNH), traçaremos um debate a seguir em torno das políticas sociais.

1.1 - As Políticas Sociais

As Políticas Sociais, passam a ser um viés do Estado para dar respostas a população que sofre com os moldes ditados pelo modo de produção capitalista, principalmente na época de crise do capital. No Brasil, essas ganham efervescência pós-64, Segundo Behring e Boschett (2011), o país vive mais um momento de modernização conservadora, este é o momento em que o setor industrial e a urbanização cresce aceleradamente, aumentando cada vez mais o desemprego e cresce veementemente o serviço terceirizado, sendo assim, percebe-se a emergência de políticas sociais que consigam atender a classe trabalhadora que vive os devaneios desse novo modelo de produção.

Sendo assim, podemos corroborar com a ideia de que as políticas sociais são os resultados por parte do Estado, que ao identificar as demandas advindas da sociedade, focaliza suas ações agindo diretamente nos problemas identificados, assim, as políticas sociais vêm para enfrentar as contradições colocadas pelo modo de produção capitalista. Estas políticas são conquistas alcançadas por meio da luta da população por melhores condições de vida e dos serviços públicos. Para tanto, Vieira citado por PIANA afirma que:

não há política social desligada das lutas sociais. De modo geral, o Estado assume algumas das reivindicações populares, ao longo de sua existência histórica. Os direitos sociais dizem respeito inicialmente à consagração jurídica de reivindicações dos trabalhadores. Certamente, não se estende a todas as reivindicações, mas na aceitação do que é conveniente ao grupo dirigente do momento. (2015, p-24)

É a partir das reivindicações dos trabalhadores que se alcançou várias conquistas no tocante as políticas sociais, porém, vale destacar que as políticas sociais no Brasil passam a ganhar efervescência com a CF/88. Cabe ressaltar no que compete o processo de redemocratização do país na década de 1980, que surge justamente com a formulação da nova constituinte. A CF estabelece o papel do Estado mediante a sociedade, esclarecendo que serviços como saúde, educação, moradia, transporte, habitação, alimentação são de sua responsabilidade, sendo que a forma de se concretizar é através das políticas públicas e sociais, a constituição também prevê a obrigação dos municípios e dos estados, a aplicação das políticas sociais torna-se mais

acessíveis a população. As políticas devem focalizar os estudos dentro da sociedade, agindo diretamente no que se apresenta de mais urgente. Porém, as políticas sociais focalizadas agem de maneira imediata, ocasionando-se a extensão e agravamento de vários problemas sociais, se focado, não erradica o problema, apenas irá amenizar.

Por isso, faz-se necessário um diálogo entre os municípios, os estados e o âmbito federal para que se obtenham melhores resultados. Podemos citar como exemplo a saúde, que esta é distribuída em três níveis, o de baixa complexidade que passa a ser responsabilidade dos municípios, as de média complexidade que é de responsabilidade dos estados e a de alta complexidade que é de responsabilidade do governo federal, esse desmembramento contribui para que cada um conheça as necessidades de sua região, tornando as políticas sociais mais eficazes. As políticas sociais vão atuar nos setores da sociedade em que a população mais necessitam de atenção, principalmente com as famílias que estão em situação de risco e vulnerabilidade social.

Um tratamento da política social que se separa da produção e reprodução social, apostando na política social como solução para desigualdade, sem levar em conta a natureza do capitalismo, especialmente na periferia do mundo do capital. Essa opção metodológica considerava viável no Brasil o projeto de *welfare state* social democrata, que, pela via da política social, realizaria a tão sonhadora redistribuição de renda, numa visão redistributiva, de alcance extremamente limitado no ambiente neoliberal do capitalismo maduro. (BEHRING, BOSCHETTI, 2011, p.17)

A política está posta para que haja uma tentativa na solução de problemas sociais que são recorrentes na sociedade, o que leva ao agravamento da questão social é sempre má distribuição de renda, que fica concentrado a maior parte na menor parcela da população, enquanto que a maior parcela vive apenas do trabalho assalariado, e ainda tem sua força de trabalho explorado pelo modelo de produção. Como bem explica Behring e Boschetti na citação acima, essa população em sua maioria vive em locais a esmo da sociedade. Como citado anteriormente, o projeto *welfare state* prevê uma redistribuição de renda mais justa no momento de política neoliberal. Porém, acaba sendo um pouco contraditório, visto que a política neoliberal prega o máximo para o capital e o mínimo para o social.

Um outro aspecto que cabe destacar é o surgimento das políticas sociais e a relação com as expressões da questão social. Faz-se necessário analisar o papel do Estado como regulamentador e implementador dessas políticas e o forte impacto dos movimentos sociais na conquista dos direitos.

1.2. - Política nacional de Habitação

O Direito à moradia é um direito social e está instituído no o art. 6 da Constituição Federal de 1988. São considerados direitos sociais, além da habitação. a educação, saúde, alimentação, trabalho, lazer, a segurança, previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados. No Brasil a aplicação da lei ainda é muito precária, sendo muito comum o descumprimento da CF/88, pois a Constituição é bem clara quando estabelece em seu capítulo II, da União, parágrafo IX, que é dever da União promover programas de construção de moradias e a melhoria das condições habitacionais e de saneamento básico.

No Brasil, temos a Política Nacional de Habitação (doravante PNH), que é resultado da criação do Ministério Nacional das Cidades e é quem cuida de dar respaldo às pessoas com necessidades de moradia no país. Segundo a Confederação Nacional dos Municípios (CNM), no Brasil, o déficit habitacional corresponde a 5,8 milhões de moradias, das quais 82% estão localizadas na área urbana. O que a PNH estabelece é que a maioria da população de baixa renda possa ter acesso a habitação digna, conforme o trecho abaixo:

Um dos principais objetivos da PNH é a mobilização de recursos, que se daria pela estruturação do Sistema Nacional de Habitação de forma a viabilizar a cooperação entre União, Estados, Distrito Federal e Municípios para o enfrentamento do déficit habitacional brasileiro, quantitativo e qualitativo, por meio da articulação de recursos (dos fundos), planos, programas e ações. Busca-se a ampliação da destinação de recursos não onerosos e perenes por parte da União, Estados, Distrito Federal e Municípios a serem canalizados para o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS) e respectivos fundos habitacionais dos demais níveis de governo, de forma a viabilizar subsídios para a habitação de interesse social (CNM, 2010).

Isso significa que é de responsabilidade de todos os entes federativos as tomadas de decisões para dar respostas ao déficit habitacional e atender a população que vive em situação de risco e vulnerabilidade social, proporcionando a essa camada da população uma moradia digna. Moradia digna não é apenas ter uma casa, a população deve contar com estrutura básica para sobreviver (água, esgoto e coleta de lixo etc.) e uma habitação de qualidade – que é um dos principais componentes do padrão de vida digna. Correia (2014) enfatiza a fala da Raquel Ronilk, Secretária Nacional de Programas Urbanos, onde ela explica que não é apenas o Governo que deve ter responsabilidade com a questão, esse direito tem que ser um compromisso também da sociedade para garantir moradia adequada a todos. Um dos elementos principais para sair da teoria para a prática é assegurar o acesso à terra urbanizada e bem localizada. Para isso, é necessário subsídio e financiamento porque o custo de moradia é alto e a renda das pessoas é baixa.

Na cidade de Sousa, o programa de Habitação Social, é administrado pela Secretaria de Ação Social. Dentro desta secretaria existe o Departamento de Habitação do município que trabalha juntamente com o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV). O Programa é nacional e atende aos vários grupos da população. Nacionalmente é bem planejado, porém para chegar até os setores municipais há um grande caminho a ser executado e atender à população que realmente dele necessita.

Considerando que a cidade de Sousa tem uma população de 62 mil habitantes (IBGE 2011), considerando ainda que, boa parte dessa população não possui sua moradia própria e que outra parte vive em condições digna de vida, compartilhamos da ideia de Kumagai e Marta que,

[...] partindo de diretrizes traçadas pela Constituição Federal de 1988, sobre o princípio da dignidade da pessoa humana: um vetor máximo interpretativo de nossa hermenêutica constitucional. O ser humano como pessoa está em constante processo de relacionamento não apenas consigo, mas também com o ambiente em que vive. Para que exista uma melhor convivência social e encontre-se um eixo próximo da perfeição nessa relação entre a individualidade e sociabilidade está inteirado deve estar pautada na dignidade, respeitando-se os diversos aspectos. (2010, p.1)

O direito a habitação não se restringe apenas ao simples fato das pessoas terem um teto para morar, mas também usufruir de diversos outros serviços necessários para a sua sobrevivência.

Em Sousa, como já foi mencionado acima, o setor responsável pela área de habitação é a Secretaria de Ação Social, que cuida das demandas habitacionais do município. Atrelados a isso, o governo federal em parceria com o município implantou o Programa de Habitação e Interesse Social (PHIS) – Programa Minha Casa Minha Vida, para atender a essa parcela da população.

É fato que o município tem uma carência habitacional, porém o programa de Habitação Social, por si só, não consegue atender a grande demanda do município. Desta forma, se faz necessário que haja planejamentos nas cidades para as construções dos residenciais oferecidos pelos governantes. Rangel e Silva, compactua com a ideia quando enfatizam que

Somente um planejamento urbanístico voltado a consecução da função social da cidade possibilita o desenvolvimento de um meio ambiente saudável, autossustentável e dotado de infraestrutura que possibilite a qualidade de vida de seus habitantes. (2009, p.62)

Sendo possível observar o que é de mais comum nos municípios, que esses residenciais sempre são construídos em locais muito afastados dos centros das cidades.

Ainda conferem relação ao direito à habitação, não nos limitaremos a tratar apenas da questão deste direito enquanto dever do Estado, mas como necessidade que cerca todos os seres humanos. Desta forma, o direito à moradia constitui-se no princípio da dignidade da pessoa humana. É um direito social, assim como previsto na CF/88, porém, são várias as formas de fazer com que esse direito não chegue a quem realmente dele precisa. São inúmeras as formas que os usuários se utilizam para burlar as normas impostas pelo programa na tentativa de conseguir uma aprovação no período de cadastramento, posso citar aqui que no momento de estágio supervisionado, as várias denúncias chegadas ao setor de habitação da Secretaria de Ação Social, apontavam nomes e endereços de moradores que já dispunham de imóvel, muitas vezes possuidores de outros imóveis alugados

a terceiros, e estavam ali na tentativa de conseguir uma unidade habitacional por meio do PMCMV. Outro fato também, são das mulheres que tem uma relação estável, mas se colocam como chefe da unidade familiar para sair na frente das prioridades. Todas estas questões são acompanhadas pela equipe da secretaria, caso a denúncia seja comprovada, mesmo depois de ter sido entregue as chaves das residências, o morador pode sim perder o direito sobre o patrimônio adquirido, passando a vez para as pessoas que estão na lista de espera. É mais fácil para os municípios a identificação dessas pessoas, pois geralmente elas estão inscritas em outros programas sociais do Governo Federal.

Este fato é crucial para que a Política nacional de Habitação possa exercer seu papel, pois ela comunga com outras políticas sociais, uma vez que a família que deseja concorrer a uma unidade habitacional do programa Minha Casa Minha Vida, deve estar cadastrada no CadÚnico do Governo Federal. O CadÚnico é uma ferramenta usada pelo governo para identificar as famílias que vivem em situação de Risco e vulnerabilidade social, esta ferramenta permite que se conheça a realidade social das famílias cadastradas e a partir daí o poder público pode trabalhar a implementação das políticas sociais.

1.3 - Programa Minha Casa Minha Vida e o Déficit Habitacional

O Programa Minha Casa Minha Vida é um programa do Governo Federal que é desenvolvido em parceria com os estados e municípios, porém, este é gerenciado pelo Ministério das Cidades e operacionalizado pela Caixa Econômica Federal (CAIXA, 2014). Cabe ressaltar aqui que é de responsabilidade do Ministério das Cidades a formulação, acompanhamento e implementação e todas medidas da Política Nacional de Habitação. Conforme foi referido anteriormente, é dever do Estado proporcionar que a população tenha acesso a moradia digna de qualidade, com os subsídios necessários para sua sobrevivência.

Segundo uma pesquisa dos beneficiários do Programa Bolsa Família, encomendada pelo IPEA, MCidade a SNH (2014), anterior ao ano de 2003, há poucos relatos da eficiência de políticas habitacionais focadas diretamente para a população de baixa renda no Brasil, essa questão só passa a tomar forma

em meados de 2003 com a Criação do Ministério das Cidades. Em seguida, em 2005 foi criado o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS) e o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS). Destacamos ainda que os dados apontam uma informação importante com relação ao programa, pois este só vem surgir em 2009, e era a partir deste que as famílias de baixa renda poderiam contar daí pra frente para a aquisição de uma moradia. Porém, com o passar dos anos é que o programa passa a ter maior efervescência, conseqüentemente analisa-se uma maior eficiência em sua cobertura, visto que o índice de famílias que conseguiram seu imóvel por meio do PMCMV cresceu consideravelmente.

O PMCMV o qual nos referimos está direcionado às famílias que possuem renda familiar de até mil e seiscentos reais. Essas são as famílias que vivem em situação de risco e vulnerabilidade social e o valor da parcela da unidade habitacional adquirida é de 5,0% no valor da renda de todos os membros das famílias. Essa informação é pertinente, pois para as famílias que não possuem renda inferior ao limite previsto, conseguem pagar as prestações de suas casas com parcela inferior a 80 (oitenta) reais mensal, e isso contribui também para o melhorar a qualidade de vida desses sujeitos, uma vez que eles não terão mais a necessidade de pagar aluguel, e o investimento passa a ser em algo que é seu. Atentamos ainda para os demais benefícios que o PMCMV pode trazer para a sociedade, como por exemplo a criação de novos empregos no que diz respeito a construção das moradias que emprega milhares de pessoas todo o ano e o movimento da economia no Brasil passa a crescer, a partir do momento que existe uma enorme procura por materiais de construção, e um dos setores que cresce principalmente é a especulação imobiliária, nossa afirmação está em consonância com o que diz a Pesquisa de Satisfação dos Beneficiários do PMCMV (2014), o programa responde positivamente em sua fase inicial que,

previa a construção de 1 milhão de moradias. A meta proposta foi cumprida com um valor contratado de R\$ 55 bilhões. Deste montante, R\$ 18 bilhões (483 mil unidades habitacionais) foram destinados às famílias com renda de até R\$ 1.600,00. Em maio de 2011, quando foi criada a fase II do PMCMV, a previsão inicial foi batida e extrapolada com a contratação de 2,6 milhões de moradias e um aporte total de R\$ 170 bilhões (valor contratado). Cerca de 45% das unidades contratadas nessa fase do Programa (R\$ 60 bilhões) foram

destinadas a famílias com renda de até R\$ 1.600,00. Nessa época, também houve algumas mudanças de regras: (i) elevação da meta para a Faixa 1, destinando 60% das unidades produzidas na Faixa 1; (ii) a possibilidade de produção e exploração de unidade comercial nos empreendimentos habitacionais multifamiliares; (iii) a previsão de recursos para o trabalho técnico social pós-ocupação; (iv) a regularização de áreas antes do processo final de desapropriação; e (v) a previsão de que os contratos poderiam ser firmados sem a outorga do cônjuge (o que beneficia a mulher). (p.19 e 20)

As mudanças apontadas nos itens I, II, III, IV e V no tocante a continuidade do programa serviu para dificultar as possibilidades de que pessoas burlam as normas e ainda filtrar e identificar o perfil desses usuários. Pois é de extrema importância que as unidades habitacionais cheguem a quem delas precisam, pois milhares de pessoas no Brasil moram em condições de moradias precárias, muitas delas em aglomerados, assim como bem descreve Kowarick (2009) cada situação de moradia tem suas desvantagens e vantagens no contexto social em que são raras as políticas habitacionais para os grupos de baixa remuneração. Os mais pobres são sempre destratados e os “direitos” não chegam até eles, o Estado mal dá conta de responder às necessidades desses milhares de cidadãos que vivem em situações de extrema pobreza. Cabe aos governantes o melhoramento e aperfeiçoamento das políticas públicas e melhor administração dos recursos destinados às políticas para que chegue com mais eficiência nos locais que são mais afetados.

A alocação dos recursos por parte do governo tem como objetivo principal a oferta de bens e serviços necessários à população e que não são providos pelo sistema privado, devido à sua inviabilidade econômica. As funções econômicas do Estado, quais sejam, a função distributiva, estabilizadora e alocativa destinam-se a corrigir ou minimizar essas divergências no âmbito da sociedade e de seus segmentos. Nessa direção, é notório destacar que parte significativa das políticas públicas tem como gargalo a otimização dos recursos, uma vez que os critérios de sua distribuição para demandas, via de regra superiores à oferta, determinam a efetividade da ação do Estado. Em síntese, a existência de desigualdades em relação ao setor educacional, de saúde e habitacional, sobretudo nos componentes da oferta desses serviços e na ineficiência da aplicação dos recursos públicos, reflete nas disparidades e desenvolvimento socioeconômico das regiões e, conseqüentemente, na qualidade de vida da população. (SILVA, et al. 2012, p.97)

Diante da situação, considera-se que as políticas públicas ainda não são suficientes para responder as demandas da sociedade, assim como Silva (2012) aponta, a ineficiência da aplicação dos recursos destinados às políticas públicas, desta forma, destacamos que o setor de habitação ainda são incipientes e não conseguem dar conta de toda a população que só tende a crescer dia após dia. É importante que as políticas públicas tenham uma conectividade com os outros setores dos âmbitos públicos e privados para que haja diálogo no que concerne o direito a habitação.

A questão de falta de moradia hoje é algo enfrentado por todos os municípios do estado brasileiro mais o Distrito Federal. Segundo o Ipea (2014), os dados mostram que o déficit de 10% do total dos domicílios brasileiros registrados em 2007 caiu para 8,53% em 2012. No livro, Experiências em Habitação e Interesse Social no Brasil (CUNHA e MEDEIROS, 2007, p.21), traz informações sobre o déficit habitacional no Brasil, esse chega a ser mais de 7.233 milhões, o livro pega como base os dados fixados pelo Ministério das Cidades, após a divulgação do IBGE.

Esses dados são referentes ao Brasil, mas se fizermos um passeio pelas amostras divulgadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Pesquisa (IBGE), iremos encontrar dados mais precisos de cada estado brasileiro, assim podendo ter uma ideia de quanto é esse dado em cada estado. Como nosso foco é chegar até o município de Sousa, fizemos uma análise em relação ao estado da Paraíba, que hoje conta com um déficit habitacional de 120 mil moradias, segundo a Fundação João Pinheiro e Ministério das Cidades (2014). Para tanto, com a descentralização das políticas públicas e atribuindo responsabilidade aos estados e aos municípios, para suprir essa necessidade, nos estados conta-se com a Companhia Estadual de Habitação Popular (CEHAP), que é gerida pelos governos estaduais. Os programas desenvolvidos pelo órgão são os seguintes: O Programa Minha Casa Minha Vida Sub 50 para os municípios com até 50 mil habitantes; o Pró-moradia, que atende as famílias que vivem em situação de risco e vulnerabilidade social; Programa de Subsídio à Habitação de Interesse Social (PSH), este é destinado às famílias que possuem renda de até 1.245 reais.

A Cehap tem por objetivo desenvolver a política estadual de habitação, mediante elaboração, execução e coordenação de estudos, programas e projetos específicos, bem como o planejamento setorial, produção e comercialização de unidades habitacionais de interesse social, obedecendo a critérios e normas estabelecidas pelo Governo do Estado e pela Legislação Federal além de aquisição e urbanização de terrenos a serem utilizados em programas habitacionais, apoio a programas e projetos de desenvolvimento comunitários necessários à implantação e manutenção dos seus conjuntos habitacionais, apoio a programas de habitação popular executados pela iniciativa pública ou privada, urbanização de favelas e bairros pobres inclusive com a construção de equipamentos comunitários, execução de programas de desenvolvimento rural integrado com a construção de habitações, equipamentos comunitários e obras de infraestrutura, regularização fundiária e se encontra também autorizada pelo Governo Federal a atuar como agente financeiro. (CEHAPPB, 2014)

No município de Sousa a CEHAPPB também atua, e como anteriormente foi falado, ainda não é o suficiente para atender a tanta demanda existente, por isso, além da CEHAPPB o município de Sousa também conta com o programa de Habitação que é operacionalizado pela Prefeitura Municipal de Sousa (PMS). No setor de habitação da Secretaria de Ação Social, o que chamamos de programa de Habitação e Interesse Social (PHIS) que viabiliza o acesso à moradia às famílias que possuem renda familiar mensal até 1.600 reais. Para tanto, a Lei nº 11.124/2005, dispõe sobre o Sistema Nacional de Habitação e Interesse Social e cria assim o Sistema Nacional de Habitação e institui o Conselho Gestor do FNHIS.

O FNHIS é gerido pelo Ministério das Cidades (Mcidades) com os do Orçamento Geral da União (OGU), o que prevê que as parcelas sejam acessíveis a população, no caso em questão, os recursos são transferidos pelo OGU. Com relação aos recursos teremos a instituição financeira que é a Caixa Econômica Federal

responsável pela definição dos critérios e expedição dos atos necessários à operacionalização do programa, bem como pela definição dos critérios técnicos. Ministério das Cidades – Responsável por estabelecer diretrizes, fixar regras e condições, definir a distribuição de recursos entre as Unidades da Federação, além de acompanhar e avaliar o desempenho do programa. Ministério da Fazenda e do Planejamento, Orçamento e Gestão - Em conjunto com o Ministério das Cidades, poderá rever anualmente os limites de renda familiar dos beneficiários e, ainda, fixar a remuneração da Caixa pelas atividades exercidas no âmbito do programa. Distrito Federal, Estados e Municípios ou respectivos órgãos das

administrações direta ou indireta, que aderirem ao programa -Têm sua participação estabelecida por meio de assinatura de Termo de Adesão com a Caixa. Visa assegurar a sua colaboração nas ações em prol do desenvolvimento de fatores facilitadores à implementação dos projetos, destacando-se a indicação das áreas prioritizadas para implantação dos projetos, isenção de tributos, aporte de recursos, indicação da demanda, indicação de solicitantes para a venda dos empreendimentos e execução do Trabalho Técnico Social junto aos beneficiários dos empreendimentos implantados. Empresas do setor de Construção Civil - Participam na apresentação de propostas e execução dos projetos aprovados para aquisição de unidades habitacionais na forma estabelecida pelas normas do programa e realiza a guarda dos imóveis pelo prazo de 60 dias após a conclusão e legalização das unidades habitacionais. (CAIXA, 2015)

A distribuição do orçamento é feita entre todos os estados da Federação, desde que os estados obedeçam características estabelecidas pelo programa. Já os municípios devem oferecer uma contrapartida para a construção dos residenciais e que nestes locais se tenha acesso ao abastecimento de água, rede de esgoto e energia elétrica e outros serviços.

O município de Sousa, por se enquadrar no perfil, visto que o programa atende aos municípios que possuam de 20 a 100 mil habitantes, e ter entrado com a contrapartida da doação do terreno para a construção do Residencial, o Residencial Sousa I que atendeu a mais de quatrocentas famílias. Para que possamos ter noção do déficit habitacional de Sousa e a necessidade de construção de novas unidades habitacionais:

Seriam necessárias para atender a demanda 76 moradias por ano, em média, até 2023 para construção e 57 para adequação. Dos 5.401 domicílios a serem acrescentados em Sousa, 3.668 serão adequados, 989 é a demanda por construções para população carente e 746 precisarão de reforma [...] (CEPAM, 2011, p.77)

Estes dados expostos pela CEPAM, indicam que essa necessidade está englobando as zonas urbana e rural do município. Com a gestão atual, dois novos residenciais foram implantados, o Residencial Lagoa do Patos que abriga 274 famílias e o mais recente que é o residencial Sousa I que abriga 452 famílias. Existe uma perspectiva, porém esta informação ainda não confirmada, de mais um novo residencial até o final da atual gestão municipal. Consideramos assim a grande importância do PMCMV no município de Sousa, observando as informações que são apresentadas e quantidade de famílias que serão atendidas pelo programa.

Diante do exposto é importante citar informações obtidas de uma Pesquisa de Satisfação dos Beneficiários do PMCMV, desenvolvida pela Secretaria Nacional de Habitação, Ministério das Cidades e Ipea (BRASIL, 2014), ressaltou a importância e a melhora que o programa trás para a vidas das famílias beneficiadas. Essa melhoria, diz respeito a uma moradia, ao acesso a saúde, educação, cultura, lazer e outros, vale enfatizar que esse grau de satisfação não condiz com a aprovação total do programa. Abaixo Seguem os dados apresentados:

Figura 1 – PERCEPÇÃO DE BEM ESTAR SEGUNDO DADOS DO IBGE

Percepção de bem estar

Regiões, áreas representativas e estudos de caso	Satisfação com a moradia	Aumento de bem estar	Sem intenção de mudar
Norte	9,50	9,56	9,86
Meu Orgulho (etapa I)	9,41	9,09	9,88
Nordeste	9,20	9,03	9,60
Maranhão	9,55	9,67	9,85
Residencial São José (I a IV)	9,87	9,79	9,98
Piauí	9,41	9,15	9,57
Ceará	8,75	8,71	9,38
Rio Grande do Norte	9,30	9,11	9,76
Paraíba	9,23	8,28	8,35
Pernambuco	9,43	8,98	8,95
Fazenda São Francisco (I e II)	9,55	7,54	9,30
Alagoas e Sergipe	9,24	9,25	9,68
Bahia	9,01	8,78	9,68
Sudeste	7,99	7,81	9,06
Minas Gerais	8,12	7,95	9,24
Rio de Janeiro e Espírito Santo	7,50	7,68	9,27
Bairro Carioca (I a III)	9,87	9,79	9,98
Vivendas das Castanheiras	9,41	9,09	9,88
São Paulo	8,12	7,76	8,79
Sul	8,74	8,46	9,23
Paraná	8,85	8,38	9,36
Santa Catarina	8,70	8,22	9,07
Rio Grande do Sul	8,63	8,69	9,18
Centro-Oeste	9,02	8,95	9,90
Brasil	8,77	8,62	9,44

Fonte: Ministério das Cidades e Ipea (2014).

Sendo assim, é a partir desses dados que vamos verificar até o acesso a moradia está sendo atendido no município de Sousa, mais precisamente no

Residencial Sousa I, percebendo de que forma esse direito chega até a população, uma vez que habitar não é apenas paredes e teto, mas sim um conjunto de serviços que facilitam a vida dos indivíduos.

Em face ao que foi dito acerca do direito à habitação e moradia, vamos tratar de falar dessa necessidade enquanto direito fundamental básico. Tratar a questão da realidade do Brasil quando se fala em moradia digna, visto que milhares de pessoas vivem em assentamentos *subnormais*¹ e ainda faremos uma breve reflexão sobre o significado da casa e como se conjectura o lar para as pessoas que moram nos residenciais do PMCMV, traçando um debate no que concerne os conceitos da casa e suas várias formas de ser.

1.4 - A realidade das moradias no Brasil e o significado da Casa

Para que possamos compreender melhor a forma de como se deu as construções irregulares no nosso país, faz-se necessário que recorramos a história. Tudo começou no Rio de Janeiro no começo do século XX, nos idos de 1903 pelo então prefeito, Pereira Passos, que ficou conhecido como Reforma Passos inspirada no que havia sido feito na cidade Paris. A reforma se deu no momento do crescimento exaustivo da população, assim como explica Mauro de Bias:

O governo tinha os motivos perfeitos para promover as reformas. A população da cidade crescia muito (95,8% de 1872 a 1890 e 56,3% de 1890 a 1906) devido à onda de imigração europeia e à migração de escravos recém-libertos das fazendas. A ocupação urbana acontecia de maneira desordenada, criando condições ideais para a propagação de doenças. Com mais pessoas disputando o Centro, fez-se a especulação imobiliária. Esse foi o cenário das mudanças de Pereira Passos. (2015)

Junto ao plano de Reforma da cidade havia a emergência da extinção de várias doenças que apareceram na época, o fato das famílias descendentes de escravos e imigrante de outros países que chegavam até o Rio de Janeiro e passavam a residir nos cortiços, esses lugares não dispunham de condições

¹ Conceito de Aglomerado Subnormal: 1987 2006: o IBGE inicia uma reflexão com o objetivo de ampliar seu conhecimento das características dos setores censitários classificados como aglomerados subnormais. > áreas conhecidas ao longo do país por diversos nomes, como favela, comunidade, grotão, vila, mocambo, entre outros. (IBGE, 2010)

sanitárias, o que acarretou a proliferação de várias doenças. Percebe-se que houve uma clara higienização na cidade, não no que atende apenas a questão urbanística, mas havia o intuito de afastar os pobres que moravam próximos aos seus trabalhos para os lugares mais afastados da cidade, inicia-se aí o começo das favelas no Brasil, e a primeira a surgir no Rio de Janeiro foi a Favela do Morro da Providência que existe até hoje. Porém, essa tentativa de sofisticar a cidade acabou transformando a cidade em um cenário onde se podia identificar a pobreza e a nobreza lado a lado.

Ruchaude (2015) nos explica que nem tudo haverá sido conforme planejado por Passo, pois a população que antes habitava o centro da cidade em cortiços, agora fazem suas casas nos altos dos morros, o que acaba entrando em contraste com os elegantes prédios:

A periferização da população pobre não ocorreu exatamente como se supunha, ao passo em que a paisagem da auto-construção (feita em placas e chapas de madeira, em geral resíduos da demolição de cortiços e da construção de novos edifícios) nas bases dos morros impôs seu contraste em meio às elegantes avenidas traçadas pelos engenheiros e urbanistas a serviço de Pereira Passos.

Percebe-se que passados os séculos e os anos, mesmo com a criação das políticas públicas sociais, há uma marginalização das pessoas que moram nas favelas. O tempo passa, as cidades mudam, mas o contingente de pessoas que ainda vivem em acomodações impróprias é cada vez mais alarmante.

Na atualidade cresce a cada dia uma necessidade de acomodar indivíduos em locais onde eles consigam conviver com outros, com gostos e hábitos diferentes e assim poder compartilhar de momentos mútuos. O que aconteceu foi uma excessiva aglomeração de pessoas, principalmente nos grandes centros urbanos, esses aglomerados de gente que se formaram nos arredores das cidades recebeu o nome de favelas², atento para o fato da

² Segundo o dicionário online <http://www.dicio.com.br/favela/> favela s.f. Brasil. Uso Popular. Conjunto de moradias populares que, construídas a partir da utilização de materiais diversos, se localizam, normalmente, nas encostas dos morros. Também temos a definição do site <http://www.brasilecola.com/brasil/favela.htm> que define de acordo com as Nações Unidas, por meio da UM-HABITAT, **favela** é o termo que designa áreas que abrigam habitações precárias, desprovidas de regularização e serviços públicos (água tratada, esgoto, escolas, posto de saúde, entre outros).

grande quantidade de pessoas que migram de uma cidade pra outra que esses arredores não comportam mais, e as pessoas começam a construir suas moradias improvisadas até mesmo dentro das cidades.

No Brasil, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia Estatística (IBGE), de acordo com o censo de 2011, quase 11 milhões de pessoas vivem em favelas e em más condições de moradia dividindo sua privacidade com inúmeras pessoas que não compartilham de seu cotidiano particular. Essas pessoas vivem em sua maioria em aglomerados, locais que foram se formando nos arredores das cidades, a maioria delas são pessoas que migram de uma cidade para outra em busca de melhores condições de vida e outras delas são aquelas que de fato são excluídas da sociedade por não se encaixar em padrões ditados pelo sistema.

Cabe-nos ressaltar aqui que a maioria dessas famílias são pessoas advindas de famílias pobres sendo que parte dessa população é negra, essas ainda são heranças do período da escravidão, e até os dias que se segue o povo negro e pobre continua a ser o principal afetado pelos ditames do capitalismo, assim como afirma a pesquisa do Ipea e Unifem:

Enquanto 2,6% dos domicílios chefiados por brancos estão localizados em assentamentos subnormais, mais de 5%, ou seja, o dobro, são chefiados por negros. No que diz respeito às desigualdades de gênero, os percentuais são de 3,5% para os domicílios chefiados por homens e de 4,5% daqueles chefiados por mulheres. O que se pode observar, aqui, é que domicílios chefiados por homens ou mulheres brancas encontram-se abaixo da média nacional que foi de 3,8% em 2003. Já aqueles chefiados por mulheres ou homens negros encontram-se bem acima desse valor, chegando a atingir 6,4% no caso de chefia de mulheres negras o que, deve estar relacionado à condição de pobreza mais intensa destes grupos em relação ao dos brancos. (IPEA e UNIFEM, 2015. p.27)

Atualmente o termo favela vem caindo em desuso, uma vez que alguns acreditam que o termo é pejorativo, as pessoas acabam por tratar as outras como favelados, desocupados, bandidos etc. Esse termo vem tentando ser substituído pelo termo comunidade. Porém, a mudança do termo não muda as condições impostas pela sociedade, pois as pessoas que ali estão, continuam a mercê de uma sociedade que exclui, que oprime, que nada faz para que a vida das pessoas que vivem nas “*comunidades*” mude.

Esse estigma, associado à pobreza e ao crime, afeta os mais diversos aspectos da vida dos moradores, como a busca por empregos, o envolvimento amoroso, a relação com a polícia, ou a simples aproximação com outras pessoas. Visando amenizar esse estigma, a categoria “comunidade” parece evocar, tanto para os representantes do poder público quanto para os moradores diretamente atingidos pelo processo de estigmatização, uma alternativa simbólica viável. (FREIRE. 2008. p.109)

Lembro ainda, daquelas pessoas que vivem em locais como cortiços nas “comunidades”. A sua situação consegue ser bem pior que aquelas que vivem nas casas das “comunidades”, uma vez que, quem vive num cortiço, muitas vezes tem que dividir os mesmos espaços, que em tese, deveria ser seu espaço privado, mas ao contrário, o banheiro de um determinado cortiço é dividido com dezenas de pessoas, em sua maioria, os quatinhos são apertados e acomodam família inteiras.

A comparação espacial reside nas possibilidades de moradia para as camadas pobres: a favela ou a casa, ambas nas periferias distantes, também chamadas de “vilas”. Estas modalidades de habitação são avaliadas como os “não” lugares em termos de oportunidades de vida [...] (KOWARICK, 2009. p. 123)

Diante do exposto, vemos que o ato de morar envolve questões que vão muito além do que podemos imaginar. Se o governo coloca determinadas pessoas que nunca se viram antes para morar em um Residencial, a partir desse momento essas pessoas vão criar laços, esses laços podem ser de afeto ou desafeto, mas é isso que vai determinar o grau de importância de morar, que segundo Schweizer e Junior (1997) a satisfação não decorre do tamanho da casa nem a sofisticação e sim, o fato de se ter um lar, de ter uma vizinhança. Já o seu espaço físico é tratado como um lugar de segurança, onde sua família poderá usufruir da privacidade.

Por isso, existe uma conotação diferente quando se fala em casa, isso nos remete a pensar nos vários sentidos de uma casa e no que ela significa para as pessoas. Camargo (2007) nos aponta um conceito de casa que sugere que esta seria o espaço físico, o uso objetivo e subjetivo da casa, privacidade e intimidade domésticas, o cotidiano doméstico e o lugar do habitar doméstico. Tal fato, nos leva a crer então, que a casa é o lugar o qual as pessoas sentem-

se seguras e protegidas e isto requer uma série de fatores que implicam no bem-estar da população que habita, envolvendo uma gama de serviços que são indispensáveis.

Tendo em vista o que já colocamos aqui, no que diz respeito às políticas públicas e sociais, ao acesso a moradia e a realidade das moradias no Brasil, vamos trazer para nossa realidade, qual seja, a pesquisa no Residencial Sousa I, que vai envolver não somente, o acesso e o direito à moradia, como também o nível de satisfação das famílias com suas novas casas, tentando identificar se há de veras esse sentido de casa como espaço particular e ao mesmo tempo de interação com os demais indivíduos que são do seu convívio diário. Porém, para atingir os resultados da pesquisa, se faz necessário a utilização de um método científico, e será no capítulo seguinte que traremos as informações a respeito do método que será utilizado, esclarecendo de que forma faremos essa pesquisa.

CAPÍTULO II - MÉTODO INDUTIVO

Para a elaboração de uma pesquisa é imprescindível a utilização de um método científico, que no caso em tela erige-se como escolha razoável o método indutivo, para que possamos trilhar os caminhos e apontar para respostas que julgamos adequadas.

Neste capítulo vamos falar do método utilizado, que é o método indutivo, para fundamentar a nossa pesquisa, fazendo uma breve evolução histórica, a partir de sua aplicação com a realidade.

A pesquisa tem cunho qualitativo, o qual podemos a partir das observações, do movimento, da forma como as famílias vivem em comunidade realizar inferências que convirjam com os objetivos desta pesquisa.

O método indutivo tende a compreender as relações entre as coisas para tirar algumas explicações através das observações, o argumento indutivo tem sua fundamentação em premissas para se chegar a uma conclusão.

O método indutivo é um método científico que obtém conclusões gerais a partir de premissas individuais. Caracteriza-se por quatro etapas básicas: a observação e o registro de todos os fatos, a análise e a classificação dos fatos, a derivação indutiva de uma generalização a partir dos fatos e a contrastação/verificação. O método indutivo possui dois momentos. Segundo Bacon, no primeiro momento o intelecto põe-se a si mesmo à crítica, adquire consciência dos próprios erros, liberta-se dos preconceitos que dificultam o adequado conhecimento das coisas. Acredita que é preciso partir da experiência e proceder de modo ordenado, isto é, interpretando pacientemente a natureza e não a antecipar apressadamente. (BERGAMIM, 2011)

De acordo com a definição acima descrita, três elementos devem ser levados em consideração na escolha do método indutivo, que são as observações dos fenômenos, a descoberta das relações entre elas e a generalização da relação. O método indutivo se apresenta em duas formas, segundo Lakatos e Marcone (2007) sendo completa ou formal estabelecida por Aristóteles sendo induzido por todos os casos e tendo de ser comprovada, e a forma completa e científica por Galileu tendo sido aperfeiçoada por Bacon, que permite induzir de alguns casos adequadamente observados.

A observação e o registro de todos os fatos, permite ao pesquisador tomar nota de tudo que está acontecendo ao seu redor, como permite-lhes fotografar eventos que por ventura venham acontecer no momento da pesquisa, detalhes de informações, podendo estas serem conversas gravadas e/ou filmadas, sendo feita uma análise descrita de todos os fatos na ordem de ocorrência, podendo o mesmo fazer sua própria interpretação, desde que o sujeito não intervira na realidade.

Além do método indutivo, a pesquisa terá cunho qualitativo exploratório, uma vez que as pesquisas qualitativas, assim aponta Godoy (1995) começaram a aparecer no cenário da investigação social a partir da segunda metade do século XIX, esse tipo de pesquisa vem se desenvolvendo com decorrer dos tempos até os dias atuais chegando no campo das ciências sociais. Para tanto compreenderemos que a pesquisa qualitativa,

trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes. Esse conjunto de fenômenos humanos é entendido aqui como parte da realidade social, pois o ser humano se distingue não só por agir, mas por pensar sobre o que faz e por interpretar suas ações dentro e a partir da realidade vivida e partilhada com seus semelhantes. (MINAYO et al, 2012. p.21)

Em acordo com os parâmetros acima descritos, para analisarmos os dados da pesquisa realizaremos como procedimentos metodológicos a pesquisa bibliográfica e de campo exploratória, para a partir da realidade estudada, possibilite a geração de dados e informações que consiga dar respostas plausíveis no que concerne ao acesso a habitação e o perfil dos usuários. Tentaremos identificar se ocorreu mudança nesse perfil após a inclusão na habitação, no município de Sousa-PB, dentro do Programa Minha Casa Minha Vida-Recursos do FAR.

A pesquisa a ser realizada terá como área de abrangência o Residencial Sousa I, o mesmo está localizado no bairro Jardim Sorrilândia III. Será desenvolvida com cinquenta moradores através de entrevistas estruturadas e abertas, e questionário com 24 perguntas. O fato da pesquisa se tratar de um método indutivo de caráter qualitativo, onde os resultados nela, expressarão o grau de satisfação dos usuários, analisando a forma de como eles vivem em

comunidade, a conjuntura do local o qual eles estão inseridos e os fatores decorrentes da localização do Residencial.

Os entrevistados serão escolhidos aleatoriamente nos casos em que o morador se negar a responder qualquer questão, ainda assim o questionário será dado como válido, sendo esta questão deixada sem resposta. Já que tais questões, possam ainda a vir ser respondida por outro entrevistado, atribuiu-se a opção “não sabe ou não respondeu”. Cremos, com isso, possibilitar uma maior compreensão e conhecimento da qualidade das habitações social que foi entregue em Sousa, mesmo que sondando o não dito, interpretando questões que não respondidas.

Desta forma, poderemos, através das observações in loco, aproximar-se do objeto investigado, o que nos dará maior credibilidade no momento de apuração dos resultados. Como fora parametrizado por Godoy (1995) abaixo:

De maneira diversa, a pesquisa qualitativa não procura enumerar e/ou medir os eventos estudados, nem emprega instrumental estatístico na análise dos dados. Parte de questões ou focos de interesses amplos, que vão se definindo à medida que o estudo se desenvolve. Envolve a obtenção de dados descritivos sobre pessoas, lugares e processos interativos pelo contato direto do pesquisador com a situação estudada, procurando compreender os fenômenos segundo a perspectiva dos sujeitos, ou seja, dos participantes da situação em estudo. (p.58)

O percurso de pesquisa proposto parte desde o processo de Estágio Supervisionado que foi de extrema valia para a realização. Fora este, um momento dentre tantos da formação acadêmica, talvez o mais crucial, em que pudemos estar mais perto do que é a prática profissional e de reflexões teóricas e práticas acerca da realidade posta. O intuito de do estágio era o de desvelar as determinações sociais pelas quais as famílias do Residencial Sousa I foram colocadas naquele local, e sendo assim, esta experiência se justifica em sua retomada para a finalidade desta pesquisa.

Mister dizer, ainda, que o presente trabalho envolveu outras formas de coleta de dados. Este é o caso da pesquisa bibliográfica, da consulta a legislação que rege as cidades e as normativas que regem a política nacional de Habitação, tentando identificar o contexto o qual os sujeitos estão inseridos.

Por meio de observação indireta, poderemos fazer análises do local o qual nos requer um melhor direcionamento da pesquisa quando da coleta de dados e para a análise das informações repassados pelos moradores. O período de pesquisa compreendeu o início do estágio supervisionado que se deu no mês de novembro de 2013 e culminou até o mês de março de 2015.

O seu caráter é exploratório, uma vez que se almeja a busca de informações no que concerne a efetivação do PMCMV-Recursos do FAR, essa busca pela efetividade deste programa se dá não apenas em âmbito federal, mas junto ao trabalho desenvolvido pela equipe técnico social da Secretaria de Ação Social do município de Sousa. Pode-se através desta iniciativa enxergar não apenas as dificuldades que as famílias tiveram para efetuar seu cadastro, como também as limitações dos profissionais que ali estão e posterior a isso, as condições das moradias entregues pelo programa.

Espera-se encontrar várias dificuldades até a efetivação desta pesquisa. Fatores estes que perpassam desde questões materiais, tais como: o acesso ao local que é muito distante da cidade e ainda não se sabe com que regularidade há transporte público para o local. E fatores metodológicos como: a possível rejeição dos moradores em responder aos questionários. Evidente é o fato que esta trajetória de pesquisa tentou seguir os planos do pesquisador até o seu último momento mas que diante destas dificuldades rotas foram refeitas e estratégias metodológicas, como a inclusão da categoria “Não sabe/não respondeu” em questões do questionário atendendo à uma realidade encontrada em campo.

2.1 - Elaboração do questionário

Em face ao que foi dito, podemos agora nos debruçar sobre o questionário. Elaboramos um questionário inicialmente com 21 questões, dentre estas questões constavam perguntas como por exemplo a quantidade de moradores que existe na residência. A proposição de tais questões tem o intuito de analisar se a unidade habitacional tem uma estrutura física suficiente para atender às famílias que são mais numerosas. Indagamos ainda, quantos membros da família trabalham, uma vez que buscamos saber se houve melhorias nas condições de vida das pessoas, ou seja, se a nova residência

lhes possibilitou algum benefício, o que, dependendo da resposta do morador, poderemos observar na questão seguinte se a renda familiar aumentou, proporcionando-lhes melhores condições.

Consideramos também importante saber - e daí inquirirmos acerca disso - se os indivíduos ainda são usuários de algum programa social, e se algum deles não tem mais a necessidade de participar de programas como o Programa Bolsa Família (PBF). É fundamental saber como era o tipo de moradia da pessoa em questão anterior a sua inclusão no PMCMV. Questões como, se a moradia anterior era alugada, cedida, arrendada, sendo assim, após a identificação de famílias numerosas, sabendo a quantidade de pessoas que possuíam renda anteriormente dentro daquele núcleo familiar, poderemos ter ideia do significado da nova residência para aquela família.

Sequencialmente as perguntas abordaram o acesso a unidade habitacional por meio do PMCMV. Uma das questões é saber qual foi a maior dificuldade para efetuar o cadastro na Secretaria de Ação Social, esta questão contém quatro alternativas, que são alternativas que tematizam a falta de informação a despeito do programa, seja ele na zona urbana ou na zona rural, a documentação que é exigida pelos órgãos competentes, cabendo-nos identificar se essa documentação é, para os usuários, algo que fica impossibilitado de dar continuidade ao processo de aquisição.

Tematizamos ainda, através de uma das alternativas, o acesso ao local onde são efetuados os cadastros, o que nos possibilitará identificar se se a localização do setor de habitação precisaria ser em algum lugar mais central da cidade, o qual as pessoas pudessem identificar com mais rapidez e agilidade. A pessoa poderá identificar também outra dificuldade que não está prevista no questionário, porém esta ficará aberta para que o pesquisador possa inserir se houver necessidade.

No período de estágio, ao realizar visitas ao residencial Sousa I, observou-se que no local só havia as casas. Não havia no período de estágio a existência de supermercados, padarias, farmácias creches ou escolas, local para práticas de esporte e lazer ou atividade cultural, portanto, a sequência do questionário busca identificar se estas questões foram resolvidas com o decorrer do tempo. As perguntas acerca da ambientalidade e qualidade de vida

foram constituídas com alternativas sim ou não, onde, caso a resposta tenha sido sim em alguma delas, identificou-se quantos, para que pudéssemos inferir se o que há é possível de atender toda demanda existente.

Na continuidade da elaboração do questionário, pensamos também em identificar se quando há ocorrência de pessoas doentes que necessitem de atenção médica, como eles fazem para receber tal atendimento. Tal questão visa compreender as estratégias alternativas desenvolvidas por esta família para suprir uma lacuna do Estado em relação ao atendimento à saúde, uma vez que o local também não existe Programa de Saúde da Família (PSF).

A questão anterior, também permite falar a respeito ao transporte público, se esse passa regularmente no Residencial e quantas vezes ele faz isso, pois como o local é distante do centro da cidade, há necessidade de deslocamento e o morador não tendo seu próprio transporte tendem a dificultar a satisfação com o programa, com sua nova casa. Tentar identificar se o transporte público consegue responder as demandas do local é mais um eixo na análise das proposições iniciais de pesquisa aqui apresentadas.

Após ter identificado várias questões no que diz respeito ao acesso a habitação social por meio do PMCMV foi pedido que os entrevistados atribuíssem uma nota com relação à segurança pública no local e ao projeto arquitetônico das residências também. São notas sugeridas no range de 0 a 10, onde, 0 é a nota mínima e 10 a nota máxima. Após o morador atribuir uma nota, será questionado se há ou se houve algum tipo de problema com a estrutura física da residência, cabendo ao pesquisador questioná-lo novamente se a Caixa e a empresa construtora resolveram o problema ou se foi necessário que o próprio morar fizesse o reparo custeando com seu próprio recurso, uma vez que quem contrata a empresa para efetuar a construção das casas é a própria Caixa.

Por fim, pontuaremos algumas questões chave, tais como: saber se o custo da prestação ficou acessível e se com a renda da família está conseguindo custear essa despesa; se as contas de água e iluminação são altas ou baixas, se encaixando assim no orçamento mensal. Apesar de estarmos geograficamente localizados numa região onde as chuvas são irregulares, coube-nos também a questão acerca dos períodos chuvosos, ou

seja, se há algum problema com alagamentos no Residencial ou seca em períodos de estiagem.

Para encerramos, perguntaremos o grau de satisfação com o PMCMV, seguiremos neste quesito a construção da aplicação de notas de 0 a 10 obedecendo ao que fora anteriormente descrito, para medir o grau de satisfação das pessoas quanto ao programa.

Como a pesquisa se propõe a uma análise das políticas públicas e das políticas sociais voltadas para a habitação, abordando o Programa Minha Casa Minha Vida desenvolvido no município de Sousa-PB, através da Secretaria de Ação Social e o Setor de Habitação, vamos trazer o perfil das famílias que ali estão e como se deu o processo de aquisição de uma unidade habitacional dentro do PMCMV. A pesquisa, por fim, possibilitará a análise do direito à moradia, cabendo-nos observar neste processo quais as mudanças que aconteceram de março de 2014 a janeiro de 2015, período esse em que as famílias entraram nas residências, uma vez que estava previsto uma série de mudanças para o local assim conforme apresentado o Quadro de Detalhamento de Despesas (QDD³).

Discutiremos a seguir a caracterização da área do Residencial Sousa I, enfatizando o município de Sousa, trazendo informações a respeito da população e área de abrangência do município, considerando os aspectos naturais e socioeconômicos do local.

³ O QDD – Quadro de Detalhamento de Despesa é uma tabela onde é possível encontrar todos os programas de trabalho previstos no orçamento. Disponível em: <http://www.cartilha.blogger.com.br/cartilha3.htm>; acessado em 26 de fevereiro de 2015.

CAPÍTULO III - RESULTADOS DA PESQUISA

Neste capítulo iremos apresentar os resultados obtidos na pesquisa do Residencial Sousa I, e as informações coletadas no momento da pesquisa. O trabalho se deu a partir de uma análise das políticas públicas e sociais voltadas para a habitação, abordando o PMCMV desenvolvido pelo município de Sousa-PB, através da Secretaria de Ação Social e o Setor de Habitação.

Neste processo coube-nos observar o perfil das famílias que ali estão e como se deu o processo de aquisição de uma unidade habitacional dentro do PMCMV. E ainda, observamos na pesquisa quais as mudanças que aconteceram de março de 2014 a fevereiro de 2015, uma vez que estava previsto uma série de mudanças para o local se foram adequadas ao que estava previsto no Quadro de Detalhamento de Despesas. O intuito desta análise era verificar de que forma se dá o acesso a moradia por meio do PMCMV no município de Sousa, verificando se o direito à moradia está sendo violado, uma vez que deve ser assegurado pelo Estado e está no rol dos direitos fundamentais. Iremos expor quais os trabalhos foram feitos no Residencial após sua implantação. Traremos também dos dados relacionados ao município de Sousa.

3.1 - Município de Sousa – Extensão territorial e quantitativo da população

O município de Sousa está localizado a 444 km da capital, e segundo o compreende a região do alto sertão paraibano, e segundo o último senso divulgado pelo IBGE em 2010, conta com uma população de 65.803 mil habitantes, com uma estimativa de 2014 esse número subir para 68.434 mil habitantes, os dados levam em consideração a população que residem na zona rural e na zona urbana. Tem área territorial total de 738, 547 km².

O estudo realizado foi desenvolvido no Residencial Sousa I, localizado no Bairro Jardim Sorrilândia III, este faz parte do PMCMV do governo Federal e gerido pela Prefeitura Municipal de Sousa. Lá estão assentadas mais de 400 (quatrocentas) famílias, sendo que um dos critérios essencial foi a família ter renda mínima per capita de até um mil e seiscentos reais.

Com relação as observações dos espaços físicos, percebeu-se que ainda há de se fazer arborização no local. As ruas são todas calçadas e há rampas de acesso para cadeirantes em todos os espaços. Foi possível observar também que, em algumas residências havia a presença de um “*puxado*”⁴, que haverá sido construída no terreno entorno de outra casa, proveniente de filhos que constituíram famílias, e aproveitando a área do entorno da casa construiu uma casa menor e passando a residir ao lado das casas dos pais.

Ao realizar a pesquisa, houve a oportunidade de fazer algumas observações com relação ao perfil dos usuários do PMCMVA, maioria eram pessoas que encontravam-se em situação de risco e vulnerabilidade social. Diante das informações que foram coletadas, alguns sobreviviam apenas do PBF, sem emprego fixo, como eles colocaram durante o processo de coleta de informações, faziam “*bicos*”⁵. Algumas pessoas moravam na zona rural, trabalhavam como agricultores na roça e moravam em casas arrendadas, outros viviam na zona urbana, porém, tinham que se virar para pagar o aluguel e comprar a cesta básica do mês.

Coube-nos observar também, a presença das crianças em idade escolar em várias das residências visitadas, nos levando a crê que o local necessita de creches e escolas que consigam atender a demanda daquela população. Outro dado importante é a idade dos entrevistados (as) variava entre 20 e 50 anos, com uma média de 35 anos e em sua maioria era composta por pessoas do sexo feminino, mesmo com a presença do *chefe da unidade familiar* (o marido e/ou o esposo, como declarado na entrevista, era a mulher que respondia).

Com relação as características dos residenciais, todos seguem o mesmo padrão, são 02 quartos, sala, cozinha, banheiro e área de serviço. O que não é novidade, posto que a arquitetura do programa é padronizada para o local. Inclusive, havendo a padronização de materiais estruturais e acabamentos.

Com relação aos padrões de solidariedade, foi percebido que há uma forte ligação entre os moradores. Por exemplo, a relação entre os vizinhos e a forma como se ajudam mutuamente, são indícios disso. Tais relações de

⁴ Pequena construção de alvenaria ou outro, construída geralmente no entorno ou aos fundos de uma outra residência.

⁵ Expressão coloquial que denomina maneira de trabalho informal esporádico.

vizinhança por vezes já vêm construídas dos outros locais onde moravam anteriormente.

3.2 - Apresentação dos resultados obtidos na pesquisa qualitativa

Para realizar a entrevista, fez-se necessário utilizar do meio de transporte mais comum na cidade, o moto taxi, o valor cobrado para ir de moto taxi até o Sousa I é um valor relevante, em média 5 reais a corrida, partindo desse princípio, podemos tirar uma conclusão inicial, que se o transporte público não é regular, que custa 2 reais, ao fim do mês, uma família que não dispõe de transporte próprio gastará em média, 140 reais, esse cálculo baseando-se em duas viagens por dia (ida e volta), o que acaba saindo muito caro para alguns, já que em sua maioria recebem um salário mínimo.

Precisamos atentar para o fato de que, em algumas residências, muitos moradores questionavam o valor mensal que pagavam pelo cartão “Minha Casa Melhor”, este cartão foi entregue às famílias sem que os mesmos houvessem solicitados, porém, o crédito era de 5 mil reais para que o moradores pudessem mobiliar sua casa, acredita-se que um dos grandes problemas tenha sido a falta de informação de como usar o cartão, e principalmente, que teriam que pagar pelo que usasse, o que ocasionou um desconforto nas finanças, segundo alguns relatos.

Em se tratando das dificuldades de realizar a pesquisa foi a não colaboração em responder ao questionário, alguns que concordavam em responder, não concordavam em assinar o termo de consentimento livre e esclarecido, pois ficavam com receio de que os prejudicasse de alguma forma. Observamos ainda que nenhum dos entrevistados se dispôs a colocar o número de RG no termo.

Destaca-se em relação a cor da pele, como essa pessoa se declarava - essa era uma alternativa livre, propositalmente, numa tentativa de identificar se as pessoas se reconheciam como tal. Foi curioso observar que nenhuma das pessoas se autodeclarava negro (a) ou preto (a), as respostas eram “branco (a), pardo (a) ou moreno (a)”.

Cabe-nos uma reflexão diante dessa observação, em relação ao preconceito que ainda está enraizado dentro de nossa sociedade, e não se consegue mudar o pensamento das pessoas com relação a pele negra, há uma negação de sua origem.

Ao inferirmos o questionamento no que diz respeito a quantidade de pessoas que residiam naquela unidade habitacional, os números são um pouco assustadores, pois com uma residência apenas com dois quartos, moravam famílias com mais de 5 pessoas, não houve entrevistados que declarassem números maiores de moradores, porém, alguns relataram que haviam famílias de até 9 pessoas, um número bastante elevado para os poucos metros quadrados construídos.

Quando perguntado quantas pessoas trabalhavam na residência, tivemos a maioria das respostas, apenas 1 (uma) pessoa, que em geral era o chefe da unidade familiar. Levando-se em consideração, que uma família média é composta por 4 (quatro) pessoas, sendo duas crianças e dois adultos, é economicamente inviável que mais de um adulto trabalhe, posto que teria que pagar a alguém para cuidar das crianças. No caso de famílias em que mulher é chefe da família, que criam sozinhas seus filhos, normalmente contam com a solidariedade da vizinhança. O que ainda justificaria apenas uma pessoa ser o arrimo da família.

Chamamos atenção para um fato inusitado, a pergunta de número 7 (sete) do questionário teve que ser modificada no momento em que se realizava a entrevista, a pergunta dizia o seguinte: “Qual a renda da família após mudar para o Residencial Sousa I?”, percebendo-se um certo desconforto em divulgar quanto tinham de renda, então mudamos para a seguinte pergunta: “A renda da família melhorou depois de mudar para o residencial Sousa I?”, desta feita, passaram a responder que havia melhorado, ou que continua a mesma coisa, ou então que não melhorou, mas a maior justificativa, quanto a melhora na renda da família, que foi o fato de terem saído do aluguel.

Um fato curioso nos chamou atenção, que em todas as residências que as famílias declaravam ter o benefício do Bolsa Família, era com esse benefício que pagavam as prestações de suas casas, a parti dessa resposta, é possível fazer uma análise da importância desse programa nas vidas das famílias, em

especial, as do Residencial Sousa I. O secretário do Ministério do Desenvolvimento Social e combate à fome na época, Rômulo Paes, divulgou dados a respeito do impacto para as famílias beneficiadas pelo PBF. O mesmo declarou que:

O Bolsa Família e outros programas de transferência de renda têm função de complementar, não de substituir renda. Os valores dos benefícios – também definidos em lei – estão longe de se tornar a principal renda da família. Mas cumprem importante papel na ampliação do orçamento familiar dos mais pobres. Dados do perfil das famílias beneficiadas pelo programa Bolsa Família mostram que o benefício representa impacto médio de 48% na renda das 12,7 milhões de famílias atendidas. Esse incremento chega a 62% na Região Nordeste, que abriga metade da população beneficiária. Os valores elevam a média da renda familiar mensal per capita de US\$ 28,32 para US\$ 42,12. Os benefícios do programa variam US\$ 12,8 a US\$ 116,32 por família, dependendo da renda mensal per capita, do tamanho e da composição de cada família. O valor médio dos benefícios pagos está estimado em US\$ 55,25. (MDF, 2015).

O que nos leva a crê que não se pode fazer uma avaliação de um programa de grande dimensão como o bolsa família, baseado em situações vivenciadas no dia-a-dia.

Ainda em se tratando das informações coletadas, a respeito da sua moradia anterior, antes de ser contemplado (a) dentro do PMCMV com uma unidade habitacional, se esta era alugada, cedida, arrendada ou outro, todos os entrevistados deram respostas parecidas, ates moravam de aluguel, e o fato de sair do aluguel melhorou, em alguns casos, consideravelmente a renda famílias.

Quando perguntados sobre a maior dificuldade para realizar o cadastro na secretaria de Ação Social, tivemos um misto de respostas diferentes, que passeiam desde: “não houve problema”, a “excesso na documentação exigida”, o “tempo de espera para sair o resultado dos selecionados”, a “espera no atendimento na secretaria”, e “ter que acordar de madrugada para conseguir uma ficha e realizar o cadastro”. No geral, as respostas centralizavam nos entraves burocráticos.

Um das normas existentes quando da aquisição do imóvel, que não poderá transformar em comércio, porém, diante da urgência de alguns serviços básicos, muitos moradores acabam criando pequenos comércios em suas

residências, o que acaba se tornando uma fonte de renda para sua família como também, supre as necessidades básicas de algumas pessoas. Uma vez que, segundo relatos dos moradores, “no local só existe apenas as casas”.

Com relação aos dados acima e levando em consideração a distância do Residencial até às áreas da cidade que consigam responder as necessidades desses moradores. Percebe-se que poder público não estimula ou incentiva a criação de comércios e serviços na área. Isto torna difícil exigir que se cumpra regra acima citada.

Com relação as conveniências do local, por exemplo: supermercado, padarias, farmácias, creches ou escolas, local para a pratica de esporte ou lazer e se havia a realização de atividades culturais. Há divergências nas respostas, entretanto a grande maioria indicou a escassez desses equipamentos públicos e comerciais.

Identificaram que haviam mercadinhos⁶, que atende a emergências momentâneas, porém, tem que ir até os bairros mais próximos do Centro da cidade para poder realizar suas compras mensal. Alguns demonstraram insatisfação com relação a falta dos serviços básicos essenciais, o que levou algumas pessoas, segundo depoimento a venderem suas casas e continuar a viver no aluguel, porém, mais perto do trabalho e com isso gastariam menos com transporte. Percebe-se que mesmo com a imposição de que o imóvel é intransferível, essa situação é recorrente no Residencial.

Ainda em se tratando dos equipamentos públicos em escassez no local salienta-se a falta de uma Unidade Básica de Saúde da Família. Quando perguntados como procedem ao precisar de um atendimento médico, as respostas foram bastante parecidas, muitos moradores, queixavam-se da alta demanda para o PSF mais próximo, que é o do Jardim Sorrilândia III, este PSF atende toda comunidade cigana que encontra-se no bairro e demais pessoas das ruas que compreendem o bairro, além de ser distante. Houve relatos de uma moradora que estava com a filha acidentada e contava com a ajuda da vizinha para realizar a troca do curativo, a senhora em questão acabou por desabafar, dizendo que se tivesse uma unidade da básica da família no local,

⁶ Pequenos comércios de vendas de produtos alimentícios que consegue atender momentaneamente as necessidades do local.

facilitaria a vidas dos moradores. Foi observado ainda que muitos moradores ainda buscam atendimento nos PSF's de suas antigos locais de residências.

Ao serem indagados sobre o transporte público, - se havia e com qual frequência passava pelo local: diante das respostas, percebeu-se que os moradores não se habituaram aos novos horários de passagens dos ônibus/coletivos, as respostas diziam que passavam ente 3 e 6 vezes ao dia. O que causou um certo transtorno na vida de algumas, pois, logo quando as famílias foram alocadas no Residencial Sousa I, o transporte passava diariamente, essa mudança acabou por prejudicar algumas pessoas que fazem uso desse serviço para ir ao trabalho, a escolas e outros.

Quanto a estrutura das residências, após a entrada dos moradores, alguns relataram problemas em comum, do tipo, rachaduras nas paredes e no piso. Cabe-nos ressaltar aqui que a pesquisa não teve caráter policalesco, tão pouco invasivo em adentrar ao imóvel, porém, alguns moradores fizeram questão de que o pesquisador visse com seus próprios olhos, sendo assim, diante dos defeitos encontrados e visivelmente percebido, segundo os moradores, procuraram a instituição financeira responsável pela contratação da construtora, a mesma efetuou o conserto das rachaduras das paredes de algumas residências, quanto as rachaduras no piso, informaram que está inviável a substituição da troca desse material, pois não dispunha mais em estoque para fazer .

Quanto ao valor da parcela do imóvel, mesmo sem perguntar o valor da prestação, alguns faziam questão de divulgar que pagavam um valor irrisório, perto do aluguel que pagavam anteriormente. Já com relação aos valores pagos das contas de água e luz, em sua maioria, a conta de luz está acima do valor estimado para o que as famílias podem pagar, mesmo aquelas que estão cadastradas como "baixa renda" colocaram que ainda assim é um custo muito alto, e as contas de água, varia de preços, ou são baixos (conforme explicitaram) ou vem zeradas. Das informações prestadas, uma senhora chegou a relatar que *ainda tinha que pagar o cartão da Caixa*, ela dizia que a prestação era muito alta, o que nos remeteu a umas situações que ocorreram no período de estágio, no momento de entrega das residências, sem que as famílias houvessem solicitado os cartões, todas receberam um cartão com um

subsídio de 5 (cinco) mil reais para mobiliar sua casa, esse é o cartão Minha Casa Melhor. Algumas famílias, por falta de orientação achavam que esse era mais um benefício que o gestor municipal estava lhes proporcionando, observou-se ainda, na oportunidade, a presença de alguns funcionários de lojas de eletrodomésticos fazendo propaganda de seus produtos. Após passados alguns dias desse período, a Secretaria de Ação Social recebeu várias denúncias relacionadas a irregularidades das lojas para com os usuários, as empresas estavam elevando os preços dos produtos, vendendo mercadoria velha e em alguns casos, entregando caixas vazias nas residências.

Voltando as informações coletadas, com relação a alagamentos no local em períodos chuvosos, apenas um (a) morador (a) dos entrevistados relatou problemas com alagamentos, mas esclareceu que é algo que consegue resolver rápido, pois facilmente a água infiltra no solo, os demais responderam que não há problemas com alagamentos.

No tocante ao quesito segurança pública, houve uma certa divisão de opinião, alguns relataram que há rondas constantemente, outros disseram que são rondas esporádicas, questionaram também a demora para chegar ao local quando solicitado a presença da polícia. Portanto, algumas famílias contratam serviço particular de guarda noturno.

E encerrando a entrevista, perguntamos quanto ao projeto arquitetônico das casas, foi uma questão a qual as notas tiveram melhor desempenho, e justificaram que – *só em morar no que é meu, já está de bom tamanho* -, alguns questionaram o tamanho da cozinha, pois era muito pequena. Com a percepção de que lhe foi dado e não que fora contemplado com que lhe é de direito, faz com que haja esse nível de aceitação da casa em si, independente de tamanho, materiais utilizados etc.

Considerando os dados obtidos com o resultado da pesquisa, e tendo em vista as discussões anteriores que habitação não diz respeito apenas a uma estrutura física, mas compreende uma gama de serviços básicos necessários a vida dos seres humanos. Desta forma, ao fazer as observações no Residencial Sousa I, constatamos que a ausência de vários serviços essenciais para que as pessoas que habitam aquele lugar possam viver

dignamente. Partindo desse pressuposto, conclui-se que, o direito a habitação está sendo violado sim, pois as famílias têm acesso a casa (falo enquanto sua estrutura física), mas não dispõe dos demais serviços básicos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por fim, deve ser levado em consideração, que a falha na formulação, e ou, implementação de políticas públicas e sociais como a tela realizada, são oriundas de questões econômicas macro estruturais e de uma má distribuição de renda no país. Isto, sem contar a criação - quando o problema já existe e não de forma preventiva - de políticas setoriais, visando atender a camada da população desprovida dentro da nossa pirâmide social.

Ainda há o fator “globalização”, que leva a sociedade cada dia mais ao “crescimento” econômico, onde milhares de famílias vivem à margem dessa sociedade globalizada. É a partir daí, das necessidades vivenciadas por diversas camadas da sociedade que surgem estas políticas públicas de caráter emergenciais.

Historicamente falando, a distribuição de terras no país sempre foi desigual, a maioria das terras concentra-se nas mãos dos grandes latifundiários, o que resta ao pobre apenas o trabalho na lavoura e o arrendamento de um pedaço de chão. O direito à moradia só lhe era concedido enquanto fosse desenvolvido o trabalho em algumas propriedades. Por isso a discussão em torno da habitação e da casa como espaço físico, está conexão está relacionada também ao cotidiano das pessoas.

Faz-se necessários políticas públicas mais eficientes que consigam dar respaldos as exigências da sociedade. É fato que já avançou-se muito no tocante a habitação, desde que o PMCMV foi criado em 2009, com o intuito de facilitar o acesso a moradia às famílias. O programa se desenvolve em diversas fases e chega até aos que possuem menos recursos para adquirir um imóvel.

Assim, destacamos em nossa análise a forma como as políticas sociais atuam mediante as necessidades apresentadas, enfatizando o forte papel do Estado como regulador das políticas públicas e sociais. Traçamos um debate também com relação ao método adotado para justificar a nossa pesquisa, expondo de que maneira a elaboramos, enfatizando o modo como esse seria executada a pesquisa e as dificuldades que por ventura iria encontrar e de fato encontradas.

Uma das conclusões apontadas por nosso trabalho é de que: as famílias entrevistadas contempladas dentro do PMCMV, apesar das insatisfações com relação a falta dos serviços básicos, demonstram o quanto foi importante e gratificante a aquisição do imóvel.

Contudo, salientamos a importância do acompanhamento por parte do poder público em relação a permanência das famílias, oferecendo mecanismos para que o local desenvolva-se.

Na medida em que buscamos realizar a pesquisa em locus, concluímos que foi satisfatória do ponto de vista que conseguimos dar respostas aos questionamentos. Foi de suma importância conhecer o local, realizar as entrevistas com os moradores, observar seu cotidiano e suas formas de apropriação desta política habitacional em seus resultados diretos, ou seja, em relação à casa e os resultados difusos quantos aos equipamentos públicos e serviços necessários à uma vida minimamente digna.

Portanto, concluímos que estudos devem ser realizados nas áreas de construção dessas unidades habitacionais, com vista a melhorar o bem estar das famílias, e não acarretando mais despesas que se somem a sua renda familiar ao fim de cada mês.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, José Prata. **Privatizações:** Entre 1994/2002 125 estatais vendidas por US\$ 105,553 bilhões. Não às privatizações! Disponível em: <<http://www.fpabramo.org.br/fpadefato/?p=225>> Acessado em: 17 de fevereiro de 2015.

BARROS, Henrique de. SOUZA, Patrícia Ribeiro de. SILVA, Rosineide Vieira da. **Análise da Aplicação de Políticas Públicas Através do Projeto de Responsabilidade Social Corporativa:** Pirapama, Nossa Mata, Nosso Rio. 2008. Disponível em: www.alasru.org/.../03-GT-Henrique-de-Barros-Rosineide-Vieira-da-Silva. Acesso em 23 outubro de 2014.

BELLONI, Isaura. MAGALHÃES, Heitor de. SOUSA, Luzia Costa de. **Metodologia de Avaliação em Políticas Públicas:** Uma experiência em Educação Profissional. 3ª edição. Ed. Cortez. 2003.

BERGAMIM, Stenzinger Juliane. HEMPE, Cléa. **Método Indutivo.** Disponível em: <http://www.unicruz.edu.br/seminario/artigos/humanas/M%C3%89TODO%20INDUTIVO.pdf>. Acessado em: 20 de janeiro de 2015

BERTRAMELLO, Rafael. **Os direitos sociais: Conceito, finalidade e teorias.** Disponível em: < <http://rafaelbertramello.jusbrasil.com.br/artigos/121943093/os-direitos-sociais-conceito-finalidade-e-teorias>> Acessado em: 17 de fevereiro de 2015.

BIAS, Mauro. **Passado a limpo. Antes da Reforma de Pereira Passos (1902 e 1906), Rio de Janeiro já era conhecido como “Porto sujo” e cidade da morte.** Disponível em: <<http://www.revistadehistoria.com.br/secao/reportagem/passado-que-condena>>. Acessado em: 25 de fevereiro de 2015.

BRASIL.. **CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988.** Presidência da Republica. Casa Civil. Subchefia para assuntos jurídicos. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm Acesso em 10 de dezembro de 2014.

_____. CNM. **Política Nacional de Habitação: O atual cenário das políticas do setor habitacional e suas implicações para os Municípios brasileiros.** Conferência Nacional dos Municípios (CNM). 2010. Disponível em: < http://portal.cnm.org.br/sites/6700/6745/cenario_politicas_habitacionais.pdf >. Acesso em: 05 de agosto de 2014.

_____. **De olho no orçamento.** Disponível em: <http://www.cartilha.bloggerr.com.br/cartilha3.htm> acessado em: 19 de fevereiro de 2015.

BRASIL.. Lei 11. 124 de 16 de junho de 2005. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para assuntos jurídicos. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/l11124.htm> Acessado em: 03 de janeiro de 2015.

_____. **Minha Casa Minha Vida-Recursos do FAR.** Disponível em: <http://www.caixa.gov.br/poder-publico/programas-uniao/habitacao/minha-casa-minha-vida/Paginas/default.aspx>. Acessado em: 07 de janeiro de 2015.

.. **Pesquisa de satisfação dos beneficiários do Programa Minha Casa Minha Vida. Brasília.** 2014.

_____. **Programa Minha Casa Minha Vida.** Disponível em: <<http://www.caixa.gov.br/voce/habitacao/minha-casa-minha-vida> > Acessado em: 25 de novembro de 2014.

CAMARGO, Érica Negreiros de. **Casa, doce lar: o habitar doméstico percebido e vivenciado.** São Paulo. 2007.

CEPAM, **Plano Local de Habitação de Interesse Social-Diagnóstico Habitacional do Município de Sousa-PB,** 2011.

CORREIA, Marcia. **Moradia: direito à dignidade.** Disponível em: <https://naiipolitiki.wordpress.com/2011/05/28/hello-word/>. Acessado em: 26 de janeiro de 2015.

CUNHA, Egláisa Micheline Pontes. MEDEIROS, Yara. **Assistência Técnicas, um Direito de Todos, Construindo Uma Política Nacional: Experiências em Habitação de Interesse Social no Brasil.** Brasília-DF. 2007.

FREIRE, Leticia de Luna. **Favela, bairro ou comunidade?** Quando uma política urbana torna-se uma política de significados. 2008. Disponível em: <<http://revistadil.dominiotemporario.com/doc/Dilemas2Art4.pdf>>. Acessado em: 17 de janeiro de 2015

FREY, Klaus. **Políticas Públicas: Um debate Conceitual e Reflexões Referentes à Prática da Análise de Políticas Públicas no Brasil.** 2000. Disponível em: <<http://www.ufpa.br/epdir/images/docs/paper21.pdf>>. Acesso em: 23 outubro de 2014.

GODOY, Arilda Schmidt. Introdução à Pesquisa Qualitativa e Suas Possibilidades. **Revista de Administração de Empresas**. São Paulo, v. 35, n. 2, p. 57-63. Mar./Abr. 1995.

IBGE. **Censo 2010**: 11, 4 milhões de brasileiros (6,0%) vivem em aglomerados subnormais. Disponível em: <<http://saladeimprensa.ibge.gov.br/noticias?view=noticia&id=1&busca=1&idnoticia=2057>> Acessado em 07 de janeiro de 2015.

_____. **Paraíba. Sousa. Infográficos: históricos**. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/painel/historico.php?lang=&codmun=251620&search=paraiba|sousa|infograficos:-historico>>. Acessado em: 25 de fevereiro de 2015.

IPEA. **Brasil Retrato das desigualdades, gênero, raça**. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/retrato/pdf/primeiraedioao.pdf>. Acessado em: 17 de janeiro de 2015.

_____. **Estudo aponta redução no déficit habitacional no país**. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=20656 Acessado em: 12 de janeiro de 2015.

MARCONI, Marina de Andrade. LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 6ª edição. Ed. Atlas. São Paulo. 2007.

KOWARICK, Lúcio. **Viver em Risco: Sobre a Vulnerabilidade socioeconômica e civil**. São Paulo. 34 Editora. 2009.

KUMAGAI, Cibele. MARTA, Taís Nader. **Princípio da dignidade da pessoa humana**. Disponível em: http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=7830. Acessado em: 27 de outubro de 2014.

MINAYO, Cecília de Souza. DESLANDES, Suely Ferreira. GOMES, Romeu. **Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade**. 31. Ed. Petrópolis. Vozes. 2012.

MONTAÑO, Carlos. DURIGUETO, Maria Lúcia. Estado, **Classe e Movimento Social**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

PAES, Rômulo. **Transferência de renda e melhoria de vida na América Latina e Caribe: a experiência do Brasil**. Disponível

em:<<http://www.mds.gov.br/saladeimprensa/boletins/boletimmds/259/Transferencia%20de%20renda%20e%20melhoria%20de%20vida%20no%20Brasil.pdf/download>>. Acessado em: 25 de fevereiro de 2015.

_____. **O surgimento da favela está associado à concentração de renda, ao desemprego e a falta de planejamento urbano.** Disponível em: <<http://www.brasilecola.com/brasil/favela.htm>>. Acessado em: 07 de janeiro de 2015.

PARAÍBA. **Companhia Estadual de Habitação Popular.** Disponível em: <<http://cehap.pb.gov.br/missao-visao#sthash.zLVGole5.dpuf>>. Acessado em: 05 de Janeiro de 2015.

_____. **Fundação João Pinheiro e Ministério das Cidades divulgam os resultados do Déficit Habitacional Municipal no Brasil.** Disponível em: <<http://www.fjp.mg.gov.br/index.php/noticias-em-destaque/2680-fundacao-joao-pinheiro-e-ministerio-das-cidades-divulgam-os-resultados-do-deficit-habitacional-municipal-no-brasil>> Acessado em: 06 de janeiro de 2015.

_____. Nota Técnica 1 Déficit Habitacional no Brasil 2011-2012: Resultados Preliminares. Belo Horizonte. 2014. Disponível em: <http://www.fjp.mg.gov.br/index.php/docman/cei/deficit-habitacional/363-deficit-nota-tecnica-dh-2012/file>. Acessado em: 03 de janeiro de 2015.

PIANA, Maria Cristina. **As políticas sociais no contexto brasileiro: natureza e desenvolvimento.** Disponível em: <http://books.scielo.org/id/vwc8g/pdf/piana-9788579830389-02.pdf>. Acessado em: 18 de fevereiro de 2015.

RAICHELIS, Raquel. **Gestão Pública e a Questão Social na Grande Cidade.**2006.

RANGEL Helano Márcio Vieira. SILVA Jaciele Vieira da. **O Direito Fundamental à Moradia como Mínimo Existencial, e sua Efetivação à Luz do Estatuto da Cidade.** Veredas do Direito, Belo Horizonte, v.6, n.12. 2009.

RUCHAUD, Guilherme. **A Reforma Urbana de Pereira Passos no Rio de Janeiro: A relação entre as reformas ocorridas no Rio entre 1903 e 1906 e o processo de crescimento desigual da cidade.** Disponível em: <<http://portalarquitetonico.com.br/a-reforma-urbana-de-pereira-passos-no-rio-de-janeiro/>>. Acessado em: 25 de fevereiro de 2015.

SANTANA, Jomar Álace. **A evolução dos programas de transferência de renda e o Programa Bolsa Família.** Disponível em:

http://www.abep.nepo.unicamp.br/SeminarioPopulacaoPobrezaDesigualdade2007/docs/SemPopPob07_1019.pdf. Acessado em: 16 de fevereiro de 2015.

SILVA, Ambrozina de Abreu Pereira. Et al. **Eficiência na Alocação de Recursos Públicos Destinados à Educação, Saúde e Habitação em Municípios Mineiros**. Disponível em: file:///C:/Users/Rosi%20Brito/Downloads/Silva_Ferreira_Braga_Abrantes_2012_Eficiencia-na-alocacao-de-recu_8338.pdf. Acessado em: 18 de fevereiro de 2015.

_____. **Significado de Favela**. (2015) Disponível em: <http://www.dicio.com.br/favela/>. Acessado em: 07 de janeiro de 2015.

SCOTT, Parry. CORDEIRO, Rosineide. **A Agricultura Familiar e Gênero: Práticas, Movimentos e Políticas Públicas**. Pernambuco: Ed. Universitária da UFPE. 2006.